

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2007

Volume Único

Sumário

1. Identificação	4
2. Responsabilidade Institucionais.....	5
2.1. Papel da Unidade na execução das Políticas Públicas.....	5
3. Estratégia de atuação.....	7
3.1. Gabinete.....	7
3.2. Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais – ASIC.....	14
3.2.1. Serviços.....	14
3.2.2. Investimentos.....	20
3.2.3. Compras Governamentais.....	21
3.2.4. Perspectivas para 2008.....	22
3.3. Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos – CAECO.....	25
3.3.1. Indicadores Macroeconômicos.....	26
3.3.2. Apresentações.....	26
3.3.3. Notas Técnicas.....	26
3.3.4. Organismos Financeiros Internacionais.....	27
3.3.5. Negociações Internacionais.....	27
3.4. Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI.....	30
3.4.1. Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG.....	30
3.4.1.1. Secretaria-Executiva.....	31
3.4.1.2. Reuniões.....	31
3.4.1.3. Regimento Interno.....	31
3.4.1.4. Grupos de Trabalho.....	32
3.4.1.5. Outros Assuntos.....	34
3.4.1.6. Notas Técnicas.....	35
3.4.2. Negociações Bilaterais.....	36
3.4.3. Fundo de Garantia à Exportação – FGE / Seguro de Crédito à Exportação – SCE.....	39
3.4.3.1. Custódia dos Títulos de Crédito indenizados pelo FGE.....	40
3.4.3.2. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.....	40
3.4.3.3. Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.....	41
3.4.3.4. Demais Atividades relacionadas ao FGE.....	41
3.4.4. Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.....	42
3.4.4.1. Orçamento do PROEX.....	43
3.4.4.2. Outros Eventos que contaram com a participação da COAFI.....	43
3.4.5. Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE.....	47
3.4.5.1. Secretaria-Executiva.....	47
3.4.5.2. Reuniões no Clube de Paris.....	47
3.4.5.3. Reuniões Diversas.....	50
3.4.5.4. Negociações bilaterais.....	51
3.4.5.5. Reuniões do COMACE.....	52
3.4.5.6. Notas Técnicas.....	52
3.4.5.7. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.....	53
3.4.5.8. Outros Assuntos.....	53
3.4.6. Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX.....	56
3.4.6.1. Número de reuniões da COFIEX e do GTEC, realizadas em 2007.....	57
3.4.6.2. Consultas extraordinárias aos membros da COFIEX.....	57
3.5. Coordenação-Geral de Integração Comercial – COINT.....	60
3.5.1. Fóruns Nacionais.....	60
3.5.1.1. CAMEX – GECEX.....	60
3.5.1.2. GTI Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum.....	60
3.5.1.3. Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC Nº 69/00.....	61
3.5.1.4. GTI Facilitação do Comércio.....	62
3.5.1.5. GTI Importação de Bens Usados.....	62
3.5.1.6. GTI Iniciativa "Duty Free - Quota Free".....	63

3.5.2. Fóruns Internacionais.....	63
3.5.2.1. Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.....	63
3.5.2.2. Comitê Técnico nº. 01 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias).....	63
3.5.2.3. Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM).....	63
3.5.2.4. Grupo Mercado Comum (GMC).....	64
3.5.2.5. Conselho do Mercado Comum (CMC).....	64
3.5.2.6. Negociações Externas do Mercosul.....	64
3.5.2.7. Negociação entre o Mercosul e a União Européia – EU.....	65
3.5.2.8. Demais negociações externas em curso.....	65
3.5.2.9. Organização Mundial do Comércio – OMC.....	65
3.6. Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL).....	69
3.6.1. CAMEX: Conselho de Ministros e GECEX.....	69
3.6.2. CAMEX: Processos administrativos de Defesa Comercial.....	69
3.6.3. Mercosul.....	70
3.6.4. Organização Mundial do Comércio.....	70
4. Gestão de programas e ações.....	74
4.1. Programas.....	74
4.1.1. Programa.....	74
4.1.1.1. Dados Gerais.....	74
4.1.1.2. Principais Ações do Programa.....	74
4.1.1.3. Gestão das ações.....	74
4.1.1.3.1. Ação.....	74
4.1.1.3.1.1. Dados gerais.....	74
4.1.1.3.1.2. Resultados.....	75
4.1.1.3.1.2.1. Gestão Patrimonial.....	76
4.1.1.3.1.2.2. Gestão de Recursos Humanos.....	76
4.1.1.3.1.2.2.1. Ações de Valorização do Servidor.....	79
4.1.1.3.1.2.2.2. Terceirização de Mão de Obra.....	80
4.1.1.3.1.2.2.3. Ações Disciplinares – Correcionais.....	80
4.1.1.3.1.2.3. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços.....	81
4.1.1.3.1.2.4. Controles da Gestão.....	84
5. Desempenho Operacional.....	85
Anexo I - Relatório de Correição.....	86
Anexo II - Relatório de Correição.....	87
Anexo III - Demonstrativo Sintético dos Valores Gastos com Cartões de Crédito.....	88
Anexo IV - Demonstrativo Sintético dos Valores Gastos com Cartões de Crédito – Fatura.....	89
Anexo V - Demonstrativo Sintético dos Valores Gastos com Cartões de Crédito – Saque.....	90

1. Identificação

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

1. Nome completo da unidade e sigla: **SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SAIN.**
2. Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.
3. Vinculação Ministerial: Ministério da Fazenda.
4. Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional:
 - a) Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992, publicado no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 1992;
 - b) Portaria MF nº. 318, de 20 de novembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2001; e
 - c) Decreto nº. 6.313, de 19 de dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2007.
5. Número do CNPJ: 00.394.460/00043-09.
6. Nome e código no SIAFI: Ministério da Fazenda – 25000.
7. Código da UJ titular do relatório: 170191.
8. Código das UJ abrangidas: não consolida outras unidades.
9. Endereço completo: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - 2º Andar - Brasília-DF - CEP: 70048-900.
10. Endereço da página institucional na internet: www.fazenda.gov.br/sain.
11. Situação da unidade quanto ao funcionamento: em funcionamento.
12. Função de governo predominante: Comércio e Serviços.
13. Tipo de atividade: Comércio Exterior.
14. Unidade gestora utilizada no SIAFI: Secretaria de Assuntos Internacionais - 170191.

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

Prestar assessoria técnica em assuntos internacionais com ênfase na expansão do comércio exterior, estabilidade de preços, responsabilidade fiscal, incluindo política comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito.

Esclarecemos que, atualmente compete a SAIN as seguintes atribuições:

- Acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;
- Acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na Coordenação de Políticas Macroeconômicas;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- Acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, no âmbito do Ministério da Fazenda, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as políticas e ações do Governo brasileiro nas áreas de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório, no âmbito dos acordos comerciais, da OMC e de outros organismos internacionais;
- Analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;
- Analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;
- Participar das negociações de créditos brasileiros ao exterior;
- Participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;
- Participar, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, de negociações em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;

- Participar, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, das decisões relativas à concessão de assistência financeira às exportações, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, e de prestação de garantia da União, amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE;
- Participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, das decisões relativas ao planejamento e acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior, inclusive aquelas realizadas pelo Clube de Paris;
- Participar, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, das decisões relativas à autorização da preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas;
- Assessorar as Presidências e exercer as Secretarias-Executivas do COFIG e do COMACE;
- Autorizar a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos pela União, em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, nos termos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e da regulamentação em vigor e contratar instituições habilitadas a operar o SCE para a execução de todos os serviços a ele relacionados;
- Adotar, dentro de sua competência, todas as medidas administrativas necessárias à execução das atividades relacionadas ao SCE, bem como cobrança judicial e extrajudicial no exterior dos créditos da União, decorrentes de indenizações pagas, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE;

3. Estratégia de atuação

A Secretaria de Assuntos Internacionais é um órgão, específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, cuja missão institucional consiste em assessorar o Ministro em assuntos internacionais.

Para desenvolver suas atribuições possui uma estrutura organizacional composta por 1 (um) Gabinete, 1 (uma) Assessoria, 4 (quatro) Coordenações-Gerais, sendo, a Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos (CAECO), Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros (COAFI), Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) e Coordenação-Geral de Políticas Econômicas (COPOL) e 1 (um) Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro - RJ.

3.1. Gabinete

Além das atividades de supervisão das Coordenações, dos trabalhos administrativos e do assessoramento direto ao Ministro da Fazenda, o Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais participou de diversos eventos e negociações no exterior, inclusive representando ou acompanhando o Ministro da Fazenda.

3.1.1. Participação em reuniões e seminários

a) Reuniões no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- G 20 – Primeira Reunião da Troica, Videoconferência, 22 de janeiro de 2007;
- G 20 – Reforma das Instituições de Bretton Woods, Rio de Janeiro, 2 e 3 de março de 2007;
- G 20 – Segunda Reunião da Troica, Rio de Janeiro, 3 de março de 2007;
- G 20 – Terceira Reunião da Troica, Pretória, África do Sul, 23 de março de 2007;
- Reunião de *Deputies* do G-20, Pretória, África do Sul, 24 a 25 de março de 2007;
- Missão de avaliação de hotéis para G-20 em 2008, Bahia e Rio de Janeiro, 2 a 5 de abril de 2007;
- Reunião Ad Hoc dos *Deputies* sobre as Instituições de Bretton Woods, Instambul, Turquia, 1º de julho de 2007;
- G 20 – Quinta Reunião da Troica, Instambul, Turquia, 2 de julho de 2007;
- Reunião de *Deputies* do G-20, Durban, África do Sul, 8 e 9 de setembro de 2007;

- G 20 – Sétima Reunião da Troica, Washington DC, Estados Unidos, 21 de outubro de 2007;
- *Roundtable* sobre Novas Características do Sistema Monetário Internacional, Durban, África do Sul, 5 e 6 de setembro de 2007;
- Reunião Ad Hoc dos *Deputies* do G 20, Washington DC, Estados Unidos, 27 de setembro de 2007; e
- G 20 – Reunião dos Ministros e Governadores, Cidade do Cabo, África do Sul, 17 e 17 de novembro de 2007.

b) Seminários no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- Seminário do G-20 sobre *Commodities* e estabilidade financeira, Washington DC, Estados Unidos, 12 e 13 de maio de 2007;
- Seminário do G-20 sobre Elementos Fiscais do Crescimento e Desenvolvimento, Istambul, Turquia, 30 de junho a 02 de julho de 2007; e
- Seminário Africano, Durban, África do Sul, 7 de setembro de 2007.

c) Reuniões do Grupo dos Sete países mais industrializados (G-7):

- Reunião Ministerial dos Ministros da Fazenda do G-7, Essen, Alemanha, 9 e 10 de fevereiro de 2007.

d) Reuniões do Grupo dos Quatro Ministros da Fazenda da África do Sul, Brasil, China e Índia (G-4):

- Reunião dos *Deputies* do G-4, Essen, Alemanha, 9 de fevereiro de 2007;
- Café da manhã de trabalho dos *Deputies*, Essen, Alemanha, 10 de fevereiro de 2007;
- Reunião dos *Deputies* do G-4, Durban, África do Sul, 7 de setembro de 2007; e
- G-4 - Brasil, Índia, China e África do Sul, Cidade do Cabo, África do Sul, 17 de novembro de 2007.

e) Reuniões do Grupo dos Vinte e Quatro Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-24):

- Reunião do Comitê Plenário do G-24, Washington DC, Estados Unidos, 11 de abril de 2007;
- Reunião dos *Deputies* do G-24, Washington DC, Estados Unidos, 12 de abril de 2007; e
- Reunião dos Ministros do G-24, Washington DC, Estados Unidos, 13 de abril de 2007.

f) Reuniões no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM):

- VII Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Montevidéu, Uruguai, 16 e 17 de abril de 2007;
- VIII Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Assunção, Paraguai, 21 de maio de 2007;
- IX Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Assunção, Paraguai, 25 de junho de 2007;
- X Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Montevidéu, Uruguai, 8 de agosto de 2007; e
- XI Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Montevidéu, Uruguai, 18 de setembro de 2007.

g) Reuniões no âmbito do Mercosul:

- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), Assunção, Paraguai, 13 de abril de 2007;
- Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), Assunção, Paraguai, 22 de maio de 2007;
- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), Assunção, Paraguai, 14 e 15 de junho de 2007.
- Reunião de Altos Funcionários do Conselho do Mercado Comum (CMC), Assunção, Paraguai, 19 de junho de 2007;
- Conselho do Mercado Comum (CMC) mais Cúpula dos Presidentes do Mercosul, Assunção, Paraguai, 29 de junho de 2007;
- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), Montevidéu, Uruguai, 17 e 18 de setembro de 2007;
- Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), Montevidéu, Uruguai, 25 e 26 de outubro de 2007;
- Reunião técnica do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), Rio de Janeiro, 19 a 23 de novembro de 2007; e
- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), Montevidéu, Uruguai, 6 a 7 de dezembro de 2007.

h) Reuniões no âmbito do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, de caráter multilateral:

- Missão informal do FMI - Artigo IV, Brasília, 26 de fevereiro a 02 de março de 2007;
- Reunião dos *Deputies* do Comitê Monetário e Financeiro do FMI (IMFC em inglês), Londres, Inglaterra, 2 de abril de 2007;

- Reunião do *Deputies* do DC, Paris, França, 3 de abril de 2007;
- Reuniões de Primavera do FMI e das Instituições de Bretton Woods, Washington DC, Estados Unidos, 14 e 15 de abril de 2007;
- Missão do FMI ao Brasil, Brasília, 21 a 25 de maio de 2007;
- Seminário sobre Emissão de Carbono - Banco Mundial, Brasília, 12 a 14 de setembro de 2007;
- Reunião IMFC, Washington DC, Estados Unidos, 20 de outubro de 2007;
- Reunião do Comitê de Desenvolvimento, Washington DC, Estados Unidos, 21 de outubro de 2007;
- Reuniões anuais do FMI e de Bretton Woods, 21 e 22 de outubro de 2007; e
- Ponto de vista Econômico Regional da Queda, São Paulo, 9 de novembro de 2007.

i) Reuniões no âmbito do Banco Mundial, de caráter bilateral:

- Segunda Reunião de Negociação da AID-15, Maputo, Moçambique, 28 a 30 de junho de 2007;
- Reunião Preparatória para o Country Partnership Strategy/Banco Mundial, Brasília, 18 e 19 de setembro de 2007;
- Quarta Reunião de Negociação da AID-15, Washington DC, Estados Unidos, 23 de outubro de 2007; e
- Quinta Reunião de Negociação da AID-15, Dublin, Irlanda, 12 e 13 de novembro de 2007.

j) Reuniões no âmbito do Banco do Sul:

- CASA - Reunião do Grupo de Integração Financeira, Buenos Aires, Argentina, 12 de março de 2007;
- Reunião com Ministro da Fazenda do Equador - Banco do Sul, Equador, Japão, 2 e 3 de maio de 2007;
- Reunião Banco do Sul, Rio de Janeiro, 11 de maio de 2007;
- Reunião Técnica sobre Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, 1º de junho de 2007;
- Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, 11 a 13 de junho de 2007;
- Reunião Técnica sobre Banco do Sul, Rio de Janeiro, 8 e 9 de outubro de 2007; e
- Assinatura da Ata Fundacional do Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, 9 de dezembro de 2007.

k) Conferências e Seminários Internacionais:

- Fórum Econômico Mundial de Davos, Davos, Suíça, 24 a 28 de janeiro de 2007;
- Reunião com Investidores, Londres, Inglaterra, 29 a 31 de janeiro de 2007;
- Brasil *summit*, Nova York, Estados Unidos, 16 a 18 de abril de 2007; e
- Evento de nível elevado dos Ministros das Finanças sobre a Mudança Climática, Bali, Indonésia, 10 e 11 de dezembro de 2007.

l) Reuniões Bilaterais e Multilaterais:

- Reunião de *Deputies* – Grupo por Grupo, Essen, Alemanha, 9 e 10 de fevereiro;
- Reunião bilateral com Ministra da Economia e Produção da Argentina, Buenos Aires, Argentina, 8 e 9 de março de 2007;
- Seminário de Indicadores Sustent. Dívida Pública do Grupo de Monitoramento Macroeconômico GMM, Rio de Janeiro, 1º de junho de 2007; e
- Diálogo bilateral Brasil-China, Durban, África do Sul, 7 de setembro de 2007.

Metas Previstas

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados:

Marcos Machado Guimarães

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade	0	1	1	2
2 - Seminários do G-20	Unidade	1	2	0	0
3 - Reuniões do G-8	Unidade	1	1	1	0
4 - Reuniões do G-4	Unidade	1	1	1	1
5 - Reuniões do G-24 (Grupo dos 24)	Unidade	0	3	3	0
6 - Reuniões do JBIC	Unidade	0	1	0	1
7 - Reuniões do FOCEM	Unidade	1	1	1	1
8 - Reuniões do Mercosul	Unidade	0	1	1	1
9 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial / FMI - multilaterais	Unidade	0	2	2	0
10 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial – bilaterais	Unidade	0	0	0	1
11 - Conferências e Seminários Internacionais	Unidade	1	1	1	1
12 - Reuniões Bilaterais e Multilaterais	Unidade	1	1	1	1

Obs:

- Todos os itens se referem a negociações

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades.

Responsável pelos Dados:
Marcos Machado Guimarães

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (para o exercício corrente/por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade (%)	4 (400%)	0 (0%)	5 (500%)	2 (100%)
2 - Seminários do G-20	Unidade (%)	1 (100%)	1 (50%)	2 (200%)	0 (0%)
3 - Reuniões do G-8	Unidade (%)	2 (200%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
4 - Reuniões do G-4	Unidade (%)	2 (200%)	0(0%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - Reuniões do G-24	Unidade (%)	0 (0%)	3 (100%)	3 (100%)	0 (0%)
6 - Reuniões do JBIC	Unidade (%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)
7 - Reuniões do FOCEM	Unidade (%)	0 (0%)	3 (300%)	2 (200%)	0 (0%)
8 - Reuniões do Mercosul	Unidade (%)	1 (100%)	10 (1000%)	1 (100%)	5 (500%)
9 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial / FMI - multilaterais	Unidade (%)	0 (0%)	3 (150%)	4 (200%)	1 (100%)
10 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial - bilaterais	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	2 (200%)	1 (100%)
11 - Conferências e Seminários Internacionais	Unidade (%)	4(400%)	2 (200%)	4 (400%)	1 (100%)
12 - Reuniões Bilaterais e Multilaterais	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (200%)

Obs:

- Todos os itens se referem a negociações.

3.2. Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais - ASIC

Esta Assessoria, de caráter não institucional, está vinculada ao Gabinete da Secretaria e atuou em 2007 nos seguintes temas de sua competência: negociações sobre comércio e acesso a mercado em Serviços, Investimentos e Compras Governamentais. Para tanto, trabalha em conjunto com a Coordenação-Geral de Integração Comercial nos diversos fóruns internacionais, subsidiando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Colabora também com a Coordenação Geral de Assuntos Econômicos em temas correlatos, como organismos internacionais. Atua, ainda, em uma agenda positiva, o que inclui contatos com o setor privado nos temas de sua competência. Esse trabalho envolve a participação em reuniões técnicas e a elaboração de Notas e Pareceres.

Ao final de 2007, houve uma reestruturação de equipes, de forma que os temas Serviços e Compras Governamentais passaram para a competência da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL), que continuou atuando com Defesa Comercial e recebeu a incumbência de lidar com Propriedade Intelectual.

Em relação às perspectivas para 2008, como a CAECO (Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos) irá ocupar-se primariamente da Presidência Brasileira do G-20, a Assessoria deverá ficar responsável durante o ano de 2008 por várias atribuições da CAECO, como o relacionamento com o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Fundo de Convergência do Mercosul – FOCEM, além dos seguintes temas: mudanças climáticas, ajuda oficial ao desenvolvimento, etc., continuando a coordenar o tema investimentos na SAIN.

CAMEX - GECEX

A Assessoria contribuiu com a Coordenação-Geral de Integração Comercial, assessorando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nos temas de sua competência.

3.2.1. Serviços

Em 2007, as negociações internacionais de serviços envolveram três áreas de atuação: bilateral (negociações MERCOSUL-Chile, MERCOSUL-CCG); intra-Mercosul (Grupo de Serviços) e multilateral (Cluster de Serviços da OMC – Rodada Doha).

a) OMC – Serviços

A SAIN, por meio da Assessoria, participa das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC representando o Ministério da Fazenda no “*Cluster*” de Serviços. O “*Cluster*” ou conjunto de reuniões mencionado refere-se a uma etapa das negociações sobre o comércio de serviços da Rodada Doha. Esse processo negociador visa aprofundar os compromissos multilaterais e melhorar as condições de acesso aos mercados dos países-membros da OMC.

A Assessoria participa dessa negociação e contribui com as posições deste Ministério nas diversas reuniões temáticas deste segmento do processo negociador, sobretudo na área de serviços financeiros. Em 2007, as negociações não apresentaram grande avanço, sobretudo em função da insatisfação do Brasil com o desenvolvimento das negociações em

outras áreas, como a agrícola e a de bens industriais. Não obstante, houve importantes discussões de alguns temas, como regulamentação doméstica (ver abaixo).

A despeito da importância da área de serviços, a presença na mesa de negociações limitou-se a apenas parte das reuniões temáticas de cada cluster de serviços. Em função das limitações de pessoal e de orçamento, privilegiou-se a primeira semana de cada cluster (que dura duas semanas), em que têm lugar as discussões sobre regulamentação doméstica, tema de maior interesse atualmente para o Ministério.

As principais reuniões temáticas que envolvem o Cluster são:

- **WPDR – Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica**

Este grupo tem por objetivo o desenvolvimento de disciplinas sobre regulação doméstica (como previsto no artigo VI: 4 do GATS). O anexo C da Declaração Ministerial de Hong Kong dispôs um mandato para que os membros estabeleçam essas disciplinas até o final da presente rodada. Na atual fase das negociações, os países estão discutindo o *draft* apresentado pelo presidente do WPDR em 18 de abril de 2006, com elementos para o desenvolvimento dessas disciplinas e propostas para disciplinas em temas específicos. Os elementos identificados a partir dos documentos sobre a mesa para compor essas disciplinas são:

- i. requisitos e procedimentos de licenciamento (relativo a pessoas jurídicas);
- ii. requisitos e procedimentos de qualificação (relativo a pessoas físicas – o que pode afetar indiretamente as empresas);
- iii. padrões técnicos;
- iv. transparência; objetivo, escopo e aplicação;
- v. definições; e
- vi. considerações sobre desenvolvimento em relação aos temas anteriores (incluindo assistência técnica e tratamento especial e diferenciado).

- **WPGR – Grupo de Trabalho sobre Regras do GATS**

Este grupo tem trabalhado em três áreas: o desenvolvimento de disciplinas sobre subsídios (previsto no artigo XV do GATS) e sobre salvaguardas de emergência (previsto no artigo X do GATS) e em negociações sobre compras governamentais em serviços (previsto no artigo XIII do GATS). Entretanto, sem mandato negociador no contexto da atual rodada, há a apresentação de propostas dos países ou grupos interessados sem, contudo, uma evolução consistente. No ponto sobre salvaguardas emergenciais, o Secretariado apresentou recentemente um sumário das principais visões expressadas pelos membros sobre o tema. Há, como no caso de subsídios, uma série de dúvidas dos países membros sobre as definições, tais como dano e indústria doméstica, e sobre como aplicá-las. Na reunião de setembro deste ano, Filipinas, Comunidades Européia, Hong Kong e México apresentaram propostas para discussão sobre cada área (subsídios, salvaguardas e compras governamentais). No entanto, as propostas são incipientes e estão em fase de discussão inicial pelos membros do WPGR.

- **CSC – Comitê sobre Compromissos Específicos**

Este Comitê, focado nas listas consolidadas de compromissos específicos de cada país, cuida regularmente dos seguintes assuntos: questões relativas ao parágrafo 2 do artigo XX do GATS, questões de classificação e questões de cronograma. Neste Comitê, debatem-se as questões acerca dos cronogramas e da classificação utilizada. Contudo, o tema mais relevante em discussão é sobre a relação entre os antigos (rodada Uruguai e protocolos) e os novos compromissos (rodada Doha).

- **CTS – Comitê sobre Comércio em Serviços**

Trata-se de um comitê de caráter mais geral. Entre seus temas está o acompanhamento dos trabalhos de seus órgãos subsidiários (os comitês e grupos específicos), avaliação e acompanhamento dos pedidos de *waiver* (suspensão temporária) dos compromissos específicos, da revisão periódica dos processos de ascensão, da implementação do artigo VII do GATS (Reconhecimento), da revisão das exceções ao tratamento de nação mais favorecida, entre outros.

- **CTFS – Comitê sobre Serviços Financeiros**

Este Comitê trata regularmente das seguintes questões: aceitação do Quinto Protocolo, questões técnicas, desenvolvimentos recentes no comércio de serviços financeiros e propostas relativas ao GATS e ao Anexo sobre Serviços Financeiros. Quanto à aceitação do Quinto Protocolo, até o presente momento, somente Brasil, Jamaica e Filipinas ainda não ratificaram esse instrumento – o que, em todas as reuniões, resulta na manifestação de diversas delegações com a recomendação de fazê-lo.

- b) Negociações Bilaterais**

As negociações comerciais na área de serviços seguem as iniciativas do MERCOSUL. Três frentes negociadoras estiveram presentes na agenda do bloco: República Dominicana, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e Chile. Em relação ao processo com a República Dominicana, os técnicos do Grupo de Serviços do MERCOSUL prepararam uma proposta de métodos e modalidades a ser apresentada para os dominicanos. Aguarda-se o agendamento de uma primeira reunião.

A negociação com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) experimentou um período intenso no final de 2006, contudo algumas posições negociadoras de ambos os lados resultaram em sua paralisação. No Grupo de Serviços do MERCOSUL, realizou-se uma revisão do texto que está na mesa de negociação, de modo a apresentar novas propostas de redação ao outro lado. Alguns tópicos de interesse direto do Ministério, contudo, permaneceram pendentes de consultas internas.

O processo negociador com Chile esteve substancialmente ativo em 2007, especialmente no primeiro semestre quando quase se fechou um acordo. Alguns tópicos polêmicos, do qual esta Secretaria, com apoio da Receita Federal do Brasil e do Banco Central do Brasil, participou intensamente na busca de soluções, resultaram em impasses internos no MERCOSUL e com o Chile. Desse modo, as negociações deverão continuar em 2008.

c) Grupo de Serviços do MERCOSUL

Em 2007, a agenda do Grupo de Serviços teve por prioridade o relacionamento externo. Ao final do primeiro semestre o Grupo Mercado Comum emitiu a Resolução 16/07 que lançou a “VII Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços”.

O processo de aprofundamento da integração do bloco por meio de rodadas têm por base o artigo XIX do Protocolo de Montevideu (Dec. CMC 13/97), que prevê rodadas sucessivas de negociações para completar o programa de liberalização do comércio de serviços do Mercosul no prazo de 10 anos a contar da entrada em vigor do referido protocolo. A Res. GMC 16/07 apresenta um mandato a ser respondido pelo Grupo de Serviços que é flexível quanto aos meios, mas ambicioso quanto aos resultados.

Após um processo de negociação entre os países, para cumprir a Resolução GMC 16/07, decidiu-se no Grupo de Serviços por um informe ao GMC. Esse informe prevê que o Grupo de Serviços desenvolva, no primeiro semestre de 2008, um Plano de Ação para orientar o processo de liberalização durante o período 2008 – 2015. No que tange especificamente a VII rodada, prevê-se um trabalho de completar nas listas de inscrição do *status quo* regulatório com a normativa vigente dos setores atualmente sem compromisso (“não consolidado”), indicando os motivos para a não consolidação e as medidas necessárias para essa consolidação. Nesse contexto, deve-se buscar a ampliação do tratamento nacional efetivo para os provedores dos Estados Parte. No primeiro semestre de 2008, avaliar-se-á também a possibilidade de serem negociados acordos marco setoriais.

De forma a contribuir para o processo, o Brasil, por meio desta Secretaria, apresentou uma proposta sobre a relação do Comércio Eletrônico e as inscrições de compromissos nas listas de cada país. As negociações sobre essa proposta deverão evoluir no próximo ano.

d) OCDE

Em 16 de maio de 2007, quando ocorreu a última reunião ministerial da OCDE, começaram as conversações para a adesão imediata da Rússia, Estônia, Eslovênia, Israel e Chile. Na mesma ocasião, decidiu-se pelo aprofundamento das relações com os países BICAS – Brasil, Índia, China e África do Sul.

Neste sentido, o Ministério das Relações Exteriores solicitou a todos os órgãos da esfera federal que procedessem à análise dos instrumentos legais que compõem o arcabouço jurídico – o *Acquis* da OCDE. Atendendo a tal solicitação, o Ministério da Fazenda criou um grupo de trabalho interno para analisar os instrumentos de sua competência, conforme a portaria nº 214, de 28 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto de 2007. O referido grupo de trabalho contou com a participação das seguintes secretarias e entidades vinculadas: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Acompanhamento Econômico, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretaria de Política Econômica, Secretaria do Tesouro Nacional. A coordenação do grupo de trabalho ficou a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais.

A metodologia de análise adotada requeria identificar o nível de dificuldade de adesão a cada documento. Assim, estabeleceu-se uma escala de dificuldade de 0 a 10, agrupados em quatro parâmetros:

- **sinal verde:** Adesão imediata aos termos do documento. Baixo nível de dificuldade e restrição;
- **sinal amarelo:** Nível médio de dificuldade de adesão aos termos do documento pequeno. Necessário negociar algumas reservas e salvaguardas;
- **sinal vermelho:** Nível alto de dificuldade de adesão aos termos do documento. Necessário negociar várias reservas e salvaguardas; e
- **sinal preto:** Impossibilidade de adesão aos termos do documento. Altíssimo nível de dificuldade e restrição. Termos não negociáveis.

Na análise dos documentos de responsabilidade do Ministério da Fazenda, encontramos:

- 6 documentos já ratificados
- 26 documentos classificados como “verde”;
- 14 documentos classificados como “amarelo”;
- 20 documentos classificados como “vermelho”; e
- 6 documentos classificados como “preto”;

Ressalte-se que a maior parte dos documentos mais restritos (pretos e vermelhos) refere-se à seara tributária e a de seguros.

Cada secretaria ou entidade vinculada produziu um relatório com a análise e resumo executivo do respectivo documento de sua competência. Assim, ao receber todas as análises, a Sain elaborou uma síntese e a encaminhou, com as análises de cada secretaria e entidade, ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega.

e) **Ponto de Contato Nacional**

O Ponto de Contato Nacional - PCN, destinado a promover e implementar as Diretrizes para as Empresas Multinacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi instituído pela Portaria nº 92/MF, de 12.05.2003. O PCN Brasil é formado por representantes de nove Ministérios e do Banco Central do Brasil e coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

O grupo colegiado, dentro de sua função precípua de zelar pela efetiva implementação e divulgação das Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais no Brasil, exerce dois tipos de trabalhos. O primeiro, mais pró-ativo, consiste em tarefas de divulgação e promoção, já o outro, de caráter mais reativo, tem como principal foco a análise de reclamações de descumprimento das diretrizes.

No que diz respeito à primeira dimensão do trabalho do PCN de divulgação e promoção, foram implementadas diversas ações em 2007, quais sejam:

- reformulação e atualização da página do PCN na Internet, dotando-a de informações mais diretamente assimiláveis ao usuário e com especial preocupação em manter um estilo interativo;
- criação de um “mailing list” informativo a respeito de ações do PCN para atores sociais interessados;
- elaboração de um Modelo de Reclamações para instruir os potenciais denunciadores; e
- concessão de entrevista para a realização de uma dissertação de mestrado na área de responsabilidade social empresarial;

Com relação à segunda categoria do trabalho, o PCN recebe reclamações e negocia com as partes uma solução para problemas de implementação das Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE.

Após processo de consulta pública no qual foram recebidas sugestões relevantes de diversas entidades, foi publicada a Resolução PCN - nº 1 de 2007, regulando a apresentação de reclamações ao PCN, que aleguem a inobservância das citadas Diretrizes. A adoção da Resolução pretende estabelecer um marco para desenvolvimentos institucionais posteriores. Ela busca, essencialmente, conferir transparência, previsibilidade e organização à rotina do PCN. Além disso, espera-se que ela ofereça orientação e informação relevante a usuários potenciais das Diretrizes.

Particular atenção é dada às ações a serem adotadas no recebimento de uma reclamação e à informação relevante requerida. Neste aspecto em particular, foi preparado e disponibilizado na página do PCN um “Modelo de Reclamações”, voltado para o objetivo principal de prover o máximo apoio e orientação à apresentação de reclamações. Tal iniciativa demonstrou-se de grande utilidade, pois promoveu um aumento considerável na qualidade dos casos apresentados e ajudou a minorar um dos problemas mais recorrentes dos casos apresentados ao PCN: a falta de foco.

Outro grande aperfeiçoamento implementado pelo PCN foi a decisão de publicar relatórios em todos os casos apresentados, em atenção à Resolução PCN - nº 1 de 2007, que determina que o grupo do PCN deve, formalmente, apresentar sua posição em duas ocasiões: primeiramente, quando uma reclamação é apresentada, ele deve aceitá-la ou não, a partir de uma lista de condições objetivas; posteriormente, o PCN deve publicar um comunicado final com a descrição dos resultados alcançados em cada caso.

Em 2007, o PCN recebeu o total de 5 novas reclamações. No ano, houve 8 reuniões a pedido das partes envolvidas nas reclamações ou a pedido de outros agentes que buscaram esclarecimento. No que tange às reuniões interministeriais, com presença de todos os representantes governamentais, foram realizadas 2 reuniões.

Além dessas reuniões interministeriais, o PCN Brasil participou, em Paris, do Encontro Anual de Pontos de Contato Nacionais dos 37 países signatários das Diretrizes da OCDE. Na ocasião, foi apresentado e discutido o Relatório das Atividades no Brasil, relativas ao período 2006-2007.

De uma maneira geral, o PCN vislumbra, cada vez mais, abrir espaço para o debate, bem como dar assistência à comunidade empresarial, às organizações sindicais e a outras partes interessadas na resolução de questões referentes à responsabilidade social corporativa.

3.2.2. Investimentos

a) Acordos Internacionais de Investimentos

Em 2007, a Assessoria participou da negociação MERCOSUL-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) sobre o tema de investimentos. Apesar de ter sido feito acordo entre a SAIN e o MRE para uma redação simplificada sobre expropriações, uma vez que havia previsão de fechamento rápido do acordo, o mesmo não ocorreu, e as negociações continuam em aberto.

b) SGT-12

Em 2007, não houve continuidade nos trabalhos do Subgrupo Técnico do MERCOSUL sobre Investimentos (SGT-12), coordenado no Brasil por esta SAIN, uma vez que as presidências *pró-tempore* uruguaia e paraguaia não convocaram reuniões para o Subgrupo.

c) Comitê de Investimentos – OCDE

O Comitê de Investimentos da OCDE compõe-se de 30 países membros e de alguns países observadores como Brasil, Argentina e Chile. O Brasil participa na qualidade de observador regular. Em 2007, a Secretaria de Assuntos Internacionais participou de duas reuniões desse Comitê:

- Reunião do Comitê de Investimentos - Paris - 27 a 30 de março de 2007.

Durante a reunião de março, foram discutidos os seguintes temas: segurança nacional e indústrias estratégicas; elaboração de um guia para países de governança fraca; cooperação com países não-membros; reunião com ONGs; inter-relação entre acordos de serviços e investimentos.

- Reunião do Comitê de Investimentos - Paris - 2 a 5 de outubro de 2007.

Na reunião de outubro, os países que constituem o Comitê apresentaram-se para uma nova rodada de reuniões. Os principais itens de interesse para este Ministério nas reuniões foram: *OECD Guidelines for Multinational Enterprises; International investment agreements; Work plan 2007-08; Outcomes of the 2007 G8 Summit and follow-up; e Preparations for the Seventh Global Forum on International Investment.*

- Reunião do Comitê de Investimentos – Paris - 12 e 13 de dezembro de 2007

Na reunião de dezembro, os países discutiram os seguintes temas: orçamento 2009-2010; o desempenho dos Pontos de Contato Nacionais (PCN); liberdade de investimentos, segurança nacional e indústrias estratégicas; fundos soberanos.

d) Mercado de Capitais

A Assessoria participou de 3 reuniões no segundo semestre do Grupo de Trabalho sobre Mercado de Capitais (GTMK), grupo este que conta com as secretarias do MF, Banco Central, CVM, Susep, MP e Secretaria de Previdência Complementar. Foram abordados temas como tributação para investidores estrangeiros, IOF sobre seguros, mercado secundário de debêntures, extrato anual unificado de tarifas e outros assuntos relativos ao funcionamento do mercado. Em novembro, a Assessoria produziu trabalho técnico “Incentivos para Fundos de Investimento em Pequenas e Médias Empresas”, distribuído para os membros do GTMK. O trabalho discorre sobre a experiência de países como França, EUA, Reino Unido sobre tributação internacional em fundos de investimento e propõe medidas para aplicação no Brasil.

e) Mudanças Climáticas

O Secretário-Adjunto da Sain, Sr. Álvaro Vereda, participou da Reunião de Alto Nível dos Ministros da Fazenda sobre Mudança Climática, em Bali, Indonésia, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2007. Adicionalmente, a SAIN, junto com a STN, SPE e SEAE mantém reuniões periódicas para intercambiar idéias e avaliar projetos, notadamente na área do funcionamento dos créditos de carbono no mercado de capitais.

3.2.3. Compras Governamentais

a) MERCOSUL – Grupo de Contratações Públicas

Trata-se do grupo técnico responsável pelas questões relativas às Contratações Públicas no âmbito do MERCOSUL. A primeira tarefa do grupo foi negociar um acordo intra-bloco. Assim, o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, objeto da Decisão 40/03, foi efetivamente aprovado na última reunião do Conselho Mercado Comum – CMC de 2003, em Montevidéu.

O trabalho seguinte foi preparação de um projeto de regulamentação do Protocolo. Após a conclusão dessa fase inicial dos trabalhos, o projeto previa rodadas de negociação para aprofundar o processo de integração. Entretanto, as dificuldades internas do MERCOSUL não permitiram esse processo, de forma que esse grupo está com suas atividades paralisadas há cerca de 2 anos.

b) Negociações Bilaterais

Devido à posição contrária de parte do governo brasileiro, o tema Contratações Públicas não foi tratado em negociações bilaterais. No caso da única exceção, no processo MERCOSUL - UE, onde tema está incluído, os encontros entre os dois lados limitou-se, em 2006, a procurar definir, ainda sem sucesso, os parâmetros para a retomada efetiva das negociações.

Enquanto o processo negociador esteve ativo, a Assessoria participou, dentro das limitações dos recursos humanos e orçamentários, de parte do processo negociador com os europeus nessa área. Em resumo, são as seguintes posições de cada bloco quanto aos elementos de um acordo:

	Transparência	Procedimentos	Acesso a Mercado
Proposta do MERCOSUL	Inclui Procedimentos não diretamente ligados a acesso		
Proposta da União Européia	Oferece Tratamento Especial e Diferenciado ao MERCOSUL, em Caso de Acesso.		

O Tratamento Especial e Diferenciado ofertado pelos comunitários, no caso de um acordo abrangente, ao MERCOSUL (em alguns casos, aplicados transitoriamente):

- possibilidade de existência de Salvaguardas para o MERCOSUL;
- o MERCOSUL poderia manter a exigência de Offsets (compensações);
- patamares de aplicação do Capítulo e lista de entidades diferentes dos estabelecidos para a UE; e
- manutenção de preferências a compras intra-Mercosul e a provedores locais.

No limiar da tentativa de concluir um acordo em 2004, o MERCOSUL apresentou a seguinte oferta: preferência de 3% nas licitações internacionais do Brasil (após preferência MERCOSUL) e processo de consultas no caso de licitações nacionais de interesse europeu que possam ser convertidas em internacionais. Essa proposta apresenta riscos maiores do que os de um acordo mais abrangente, dado que as consultas poderiam alcançar qualquer bem ou serviço. Em contraposição, os elementos favoráveis para um acordo abrangente deveriam ser levados em consideração:

- não haveria a necessidade de oferecer todas as áreas, nem incluir todas as instituições, nem todos os níveis de governo. O atual Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL é um exemplo disso;
- o mercado de Compras Governamentais da União Européia representa 15% de seu PIB. A conquista de pequenos nichos representaria um volume de transação considerável para o MERCOSUL. Os europeus sinalizaram que poderiam conceder, por um período de transição, preferência ao MERCOSUL em alguns segmentos de seu mercado de compras governamentais;
- haveria, nas áreas que o MERCOSUL concedesse acesso, economia para o Tesouro Nacional com a participação de mais licitantes; e
- o Brasil conseguiria maior acesso neste mercado dos países do MERCOSUL, pois há uma cláusula de Nação Mais Favorecida no atual Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL.

3.2.4. Perspectivas para 2008

Como a CAECO (Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos) irá ocupar-se primariamente da Presidência Brasileira do G-20, a Assessoria deverá ficar responsável durante o ano de 2008 por várias atribuições da CAECO, como o relacionamento com o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Fundo de Convergência do Mercosul – FOCEM, além dos seguintes temas: mudanças climáticas, ajuda oficial ao desenvolvimento, etc, continuando a coordenar o tema investimentos na SAIN. Os temas Serviços e Compras governamentais passarão para a Coordenação Geral de Integração Comercial.

Metas Previstas

Unidade: MF/SAIN/Gabinete/Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades.

Responsáveis pelos Dados:

Henri Eduard S. Kistler
Erivaldo Alfredo Gomes

Cargo: Assessor
Cargo: Coordenador-Geral de Políticas Comerciais

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade	0	2	1	1
2 - MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1
3 - MERCOSUL - SGT-12	Unidade	0	0	0	1
4 - OMC - <i>Cluster</i> de Serviços (Reuniões)	Unidade	3	2	2	1
5 - Negociações Bilaterais	Unidade	0	1	1	2

Obs:

- Todos os itens se referem a negociações.

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Gabinete/Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsáveis pelos Dados:

Henri Eduard S. Kistler
Erivaldo Alfredo Gomes

Cargo: Assessor
Cargo: Coordenador-Geral de Políticas Comerciais

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	1 (50%)	1 (100%)	1 (100%)
2 - MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (0%)	0 (100%)	0 (0%)
3 - MERCOSUL - SGT-12	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
4 - OMC - <i>Cluster</i> de Serviços (Reuniões)	Unidade (%)	2 (67%)	1 (50%)	0 (0%)	0 (0%)
5 - Negociações Bilaterais	Unidade (%)	0 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	2 (100%)

Obs:

- Todos os itens se referem a negociações.
- As metas não atingidas foram, sobretudo, em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria. No caso da OMC, o processo negociador foi interrompido no segundo semestre. No caso do Grupo de Contratações Públicas do MERCOSUL, não houve acordo entre os membros do bloco para sua realização.

3.3. Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos - CAECO

À Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos - CAECO, entre outros assuntos, compete:

- Coletar e organizar as estatísticas necessárias ao acompanhamento da conjuntura econômica internacional e de países considerados estratégicos para o Brasil;
- Assessorar na participação da SAIN e do Ministro da Fazenda em inúmeros fóruns internacionais;
- Executar pesquisa e análise de dados que subsidiem a política econômica brasileira na área externa;
- Elaborar estudos, notas e artigos técnicos que permitam o diagnóstico de problemas econômico-financeiros internacionais;
- Acompanhar e participar de reuniões e grupos de trabalho quando determinado pelo Secretário de Assuntos Internacionais; e
- Assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais e/ou Secretários-Adjuntos nos assuntos relacionados à economia internacional.

No cumprimento de suas atribuições, a Coordenação realiza um acompanhamento constante da conjuntura econômica e financeira internacional. Esse acompanhamento é efetuado por meio da leitura, em meio eletrônico (*Internet*) ou impresso, de publicações especializadas em economia internacional, de jornais e revistas nacionais e estrangeiras e de relatórios formais e informais elaborados pelas embaixadas brasileiras no exterior e por outras instituições especializadas.

Além disso, a Coordenação desenvolve estudos detalhados sobre temas relativos às finanças e à economia internacional, quase sempre sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Para esses trabalhos, as principais fontes de pesquisa são: livros técnicos, artigos publicados em revistas técnicas especializadas e publicações técnicas de instituições internacionais, como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda de países estrangeiros, entre outros.

As informações coletadas são analisadas e discutidas e, posteriormente, com base nessas informações são elaborados textos escritos: Indicadores Macroeconômicos, Informes de Países e Notas Técnicas. Eventualmente, dada a urgência ou natureza dos assuntos, os resultados das análises e pesquisas são apresentados oralmente, ao Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o auxílio, ou não, de gráficos e tabelas. A Coordenação também é responsável pela elaboração de apresentações em *Power Point* para auxiliar o Secretário e/ou Secretários-Adjuntos em palestras e seminários no Brasil e no exterior. Essas atribuições se somaram ao acompanhamento de negociações de acordos entre o Governo brasileiro e governos estrangeiros e do relacionamento do Brasil com instituições multilaterais.

Outra atribuição muito relevante da CAECO é o assessoramento à SAIN e ao MF em diversos fóruns internacionais, com destaque para as reuniões do FMI e do Banco

Mundial, além das reuniões do G-20, do G-4 e do Grupo de Monitoramento do Mercosul (GMM).

3.3.1. Indicadores Macroeconômicos

Elaborados a partir de setembro de 2004, são informes mensais divididos em 4 partes:

- a) Notas explicativas sobre os fatos mais significativos da conjuntura econômica internacional;
- b) Estatísticas de países selecionados, como taxas cambiais, PIB, taxas de inflação, entre outras;
- c) Projeções de crescimento dos principais países desenvolvidos (EUA, União Européia, Japão), assim como mercados emergentes (por exemplo, China, Rússia, Índia, México e Argentina); e
- d) Gráficos com a trajetória de preços de *commodities*, preços do petróleo, minérios, mercados financeiros, entre outros. Os Indicadores Macroeconômicos circulam internamente no Ministério da Fazenda. Foram elaborados os 12 indicadores previstos em 2006.

Desde junho de 2006 os *Indicadores de Conjuntura Econômica* são divulgados no site da Secretaria (<http://www.fazenda.gov.br/sain>).

3.3.2. Apresentações

Exposições contendo gráficos, tabelas e observações elaboradas em *Power Point*, a pedido do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, para auxiliá-los na apresentação de palestras/seminários no Brasil e no exterior. As apresentações normalmente abrangem temas relativos à economia brasileira, economia internacional, comércio internacional e finanças internacionais. Foram elaboradas ou atualizadas diversas apresentações ao longo de 2006 e muitas dessas apresentações auxiliam a assessoria que lida com organismos internacionais.

3.3.3. Notas Técnicas

São informes sobre temas mais específicos em economia internacional como comércio exterior e finanças, que requerem para sua elaboração um maior nível de reflexão e análise e o uso de métodos econométricos. São elaboradas conforme demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o objetivo de auxiliá-los em reuniões e negociações. Durante o ano de 2006, foram elaboradas diversas Notas Técnicas, com destaque para as Notas que analisam a classificação de risco de países emergentes, a apreciação cambial internacional, e a volatilidade da economia internacional.

3.3.4. Organismos Financeiros Internacionais

A Coordenação de Assuntos Econômicos auxilia na preparação para a participação da SAIN e do Ministro da Fazenda em inúmeros fóruns internacionais, entre os quais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), G-24, G-20, G-8, G-4, Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM), Diálogo Brasil-China, Group for Growth (BR-EUA). Além disso, a Coordenação colabora na preparação da participação em vários encontros bilaterais, conferências e seminários sobre assuntos relacionados às atividades da SAIN.

Cabe destacar a participação da CAECO no G-20 durante 2007. O Brasil será presidente do G-20 em 2008, como preparação para isso, durante todo o ano de 2007, a CAECO esteve envolvida nas reuniões do G-20 presididas pela África do Sul, participando tanto os aspectos técnicos como de logística, se preparando para a presidência brasileira. O anfitrião é o responsável principal pelo sucesso de todas as atividades ao longo do ano. Em termos de organização de reuniões, o anfitrião se encarrega de uma reunião de nível ministerial, duas em nível de suplente e três seminários, incluindo a definição da agenda dos temas a serem tratados, a contratação de consultores, se necessário, e elaboração de background papers. O país que preside o G-20 é igualmente responsável pelo gerenciamento do Website do Grupo, além de todas as questões de logísticas, com destaque para as de segurança que envolve as reuniões, principalmente a de Ministros que, em geral, é acompanhada de violentas manifestações.

Além do G-20, cabe destacar que o Brasil assumiu a presidência do G-4 no segundo semestre de 2007. A presidência desse grupo no qual participam África do Sul, China e Índia, além do Brasil, envolveu a preparação de documentos e da agenda de discussão pela CAECO. Ocorreram duas reuniões do G-4 sob a presidência do Brasil, nas quais foram discutidos principalmente os problemas da conjuntura internacional que afetam os países do Grupo e a reforma das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial).

A Coordenação também faz o acompanhamento da negociação com o Banco Mundial sobre os projetos de assistência financeira e de assistência técnica do Banco. Discutindo junto com outros órgãos, como a Secretaria do Tesouro Nacional e SEAIN do Ministério do Planejamento, as perspectivas da relação entre governo brasileiro e Banco Mundial.

3.3.5. Negociações Internacionais

A Coordenação participou ativamente negociações internacionais no âmbito do Mercosul relativas ao Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) e daquelas relativas à criação e desenvolvimento do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM). O GMM é responsável pela coordenação e convergência macroeconômica entre os países do Mercosul e Estados Associados.

Além da participação nas negociações regulares do GMM, em 2007 foi acertado o Convênio com a União Européia para harmonização das metodologias macroeconômicas dos países do Mercosul que estenderá até 2011. A CAECO, no âmbito do GMM, participou da preparação e das reuniões sobre o projeto Diálogo Macroeconômico no qual o Convênio estabelece seminários e capacitação para lidar com questões macroeconômicas do Mercosul. Em novembro de 2007, ocorreu uma reunião do Rio de Janeiro, com a participação da CAECO, para estabelecer os temas e as datas do projeto.

Metas Previstas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômicos

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira.

Responsável pelos Dados:

Marcos Machado Guimarães

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (Para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Indicadores Macroeconômicos	Unidade	3	3	3	3
2 - Participação no G-20.	Unidade	1	1	1	1
3 - Negociação Convênio UE-Mercosul	Unidade	0	0	1	1
4 - Presidência do G-4	Unidade	0	0	1	1
5 - Negociação do FOCEM	Unidade	1	1	1	1

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômicos.

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional.

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira.

Responsável pelos Dados:

Marcos Machado Guimarães

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Indicadores Macroeconômicos	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
2 - Participação no G-20	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0,5 (50%)
3 - Negociação Convênio UE-Mercosul	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)
4 - Presidência do G-4	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - Negociação do FOCEM	Unidade (%)	3 (300%)	3 (300%)	2 (200%)	0 (0%)

3.4. Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI tem sob sua responsabilidade a condução de atividades que envolvem o financiamento com recursos públicos das exportações brasileiras, a recuperação de créditos soberanos e a captação de recursos externos para financiamento de projetos em território nacional.

Os órgãos colegiados dos quais a Coordenação-Geral é membro ativo, representando a SAIN, conduzem programas de governo que têm como objetivo principal contribuir para a alavancagem das exportações brasileiras, gerando, por consequência, a elevação/manutenção do nível de emprego e de renda, a busca de novos mercados exportadores, bem como a elevação do ingresso de divisas no país.

Adicionalmente, em função da edição da Medida Provisória nº 267, de 28.11.2005, convertida na Lei nº 11.281, de 20.02.2006, que transferiu do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, do Ministério da Fazenda, as atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE, a COAFI exerce e conduz as atividades relativas à nova atribuição da SAIN, que, em nome da União, autoriza a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação, lastreada com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE.

A COAFI exerce, também, as demais atribuições relativas ao Seguro de Crédito à Exportação, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE para a execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, conforme Portaria MF nº 416, de 16.12.2005. A COAFI está absorvendo estas funções enquanto aguarda a criação da Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação.

3.4.1. Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

O COFIG, órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, foi criado pelo Decreto nº 4.993, de 18.02.2004, em substituição ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, extinto a partir de 01.01.2004, pela Medida Provisória nº 143, de 11.12.2003, e ao Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, extinto a partir de 19.03.2004, pela Portaria MF nº 45, de 18.03.2004.

Ao COFIG compete enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, estabelecendo parâmetros e condições para a concessão de assistência financeira às exportações e prestação de garantia da União. Assim, a partir da criação do referido Comitê, os assuntos referentes ao PROEX e ao FGE passaram a ser tratados em um único Comitê.

A Presidência do COFIG é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e sua Secretaria-Executiva está a cargo da SAIN, representando o Ministério da Fazenda. O Comitê é composto, ainda, por representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MPAPA; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Casa Civil da Presidência da República; e Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda.

Participam também do COFIG, como convidados, representantes do Banco do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; desta SAIN, como mandatária da União para prestação de garantia do SCE; e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE.

3.4.1.1. Secretaria-Executiva

Em 2007, a SAIN, no exercício da atividade de Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela COAFI, organizou e participou ativamente de todas as reuniões do Comitê, prestando assessoria ao Presidente e Membros do COFIG, distribuindo documentação aos representantes, propondo pautas para as reuniões, providenciando informações necessárias à instrução das matérias a serem submetidas à apreciação e deliberação do Comitê, elaborando pautas comentadas e atas com as deliberações do COFIG, bem como coordenando reuniões do Grupo de Apoio Técnico – GAT e reuniões de Grupos Técnicos criados para elaborar estudos relacionados ao PROEX e ao FGE.

3.4.1.2. Reuniões

As Reuniões Ordinárias e Extraordinárias são realizadas com a presença de pelo menos 5 (cinco) membros do Comitê (titulares ou suplentes), dentre eles o Presidente ou o Secretário-Executivo, para deliberar sobre os diversos assuntos da pauta. As Reuniões do GAT são realizadas dois dias antes das reuniões ordinárias, com participação dos representantes suplentes e assessores, para discussão técnica dos assuntos da pauta.

No exercício de 2007 foram realizadas, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do COFIG, 12 (doze) Reuniões Ordinárias (30^a a 41^a), precedidas das reuniões do GAT, e 02 (duas) Reuniões Extraordinárias (11^a e 12^a).

3.4.1.3. Regimento Interno

O Regimento Interno do COFIG foi aprovado pelo Comitê, em sua totalidade, na 10^a Reunião Extraordinária, realizada em 18.04.2006. Na oportunidade, o Comitê recomendou à Secretaria-Executiva que efetuasse a revisão do texto aprovado e, posteriormente, desse conhecimento aos demais Membros do COFIG.

Em decorrência da Lei nº 11.281/2006, que transferiu do IRB para SAIN, as atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, houve a necessidade da realização de trabalhos de revisão, adaptação e atualização do Regimento Interno do Comitê.

Por esta razão, o texto final revisado foi aprovado por ocasião da 31^a Reunião Ordinária do COFIG, realizada em 28/02/2007, contemplando as alterações promovidas pela referida Lei, e será submetido à aprovação do Conselho de Ministros da CAMEX juntamente com proposta de alteração do Decreto nº 4.993/2003, após exame da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

3.4.1.4. Grupos de Trabalho

A COAFI, em face das suas atribuições, incluindo o mandato conferido pela União para operar o SCE, participou ou coordenou os seguintes Grupos de Trabalho ao longo do exercício de 2007:

a) GT - MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas)

Criado pelo COFIG, em sua 21ª Reunião Ordinária, realizada em 29.03.2006, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, com o objetivo de discutir e apresentar proposta para a implementação do Seguro de Crédito à Exportação como mecanismo de apoio à exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME.

Em outubro de 2006, mediante consulta extraordinária, o projeto de apoio às MPME foi aprovado pelos Ministros da CAMEX, ficando pendente a atualização dos normativos que regem a matéria para implementação do mecanismo.

Com o objetivo de promover as alterações dos normativos, foram realizadas 03 reuniões, conforme a seguir:

- 11.09.2007 - com representantes do Banco do Brasil S.A., da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, com o objetivo de apresentar propostas de alterações normativas para permitir a prestação de garantia do FGE às MPME.
- 17.10.2007 - com representantes do COFIG para avaliação das alterações normativas a serem propostas pela SAIN, de forma a adequar a cobertura do Seguro de Crédito à Exportação, com garantia da União, para as operações de exportação das MPME.
- 18.10.2007 - com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para apresentação das propostas de normativos para exame daquela Procuradoria.

As propostas de normativos (minutas de Medida e Provisória, Decreto e Exposição de Motivos) encontram-se sob análise da PGFN, para posterior encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República.

b) GT - Intercompanies:

O GT foi instituído pelo COFIG, em sua 20ª Reunião Ordinária, realizada em 07.03.2006, sob a coordenação da Secretaria-Executiva, com o objetivo de rever e definir novos critérios para a concessão de equalização de taxa de juros pelo Banco do Brasil S.A., dentro do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, por delegação do COFIG, em operações entre empresas do mesmo grupo (*intercompanies*).

Os trabalhos, que se iniciaram em 2006, foram finalizados em 2007, tendo sido apresentado o relatório final ao Comitê na 31ª Reunião Ordinária, realizada em 28.02.2007, ocasião em que foram aprovados os novos critérios de apoio àquele segmento exportador.

c) **GT - FGE/Setor Aeronáutico - Acordo Operacional de Retomada e Recomercialização de Aeronaves:**

As perspectivas de ampliação das exportações do setor aeronáutico e a proposta do BNDES de alteração da participação do banco na estrutura da operação de recuperação das aeronaves, em caso de sinistro, levaram à criação de grupo de discussão do assunto, com a participação do BNDES, SBCE, SAIN e STN, para definir os novos procedimentos a serem adotados.

Dando prosseguimento às discussões sobre a matéria, em 2007 foram realizadas reuniões e adotadas outras providências, conforme a seguir:

- 10.01.2007 - Reunião com vistas à discussão do Acordo Operacional em negociação com a EMBRAER. Na oportunidade também foram abordadas questões referentes ao pré-pagamento de financiamentos e devolução parcial de prêmio;
- 20.03.2007 - Reunião com representantes da EMBRAER com o objetivo de se avançar nas negociações referentes ao Acordo Operacional;
- 13.09.2007 - Visita do representante da EMBRAER à SAIN. Na oportunidade o representante da empresa fez uma breve exposição sobre o Acordo firmado com o BNDES e a SBCE para a recuperação física, reforma e recomercialização de aeronaves, na hipótese de inadimplemento por parte do devedor; e
- 19.09.2007 - Reunião na PGFN com representantes do BNDES, EMBRAER, SBCE, STN e PGFN com o objetivo de apresentar o modelo de Condições Especiais ao Certificado de Garantia de Cobertura - Mutuário Privado - Tipo VII, e respectivo Anexo 1.

Em 21.09.2007 esta Secretaria solicitou à SBCE que promovesse algumas alterações de caráter formal no modelo de Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação, para o Setor Aeronáutico, a ser encaminhado à PGFN.

Em 02.12.2007 foram apresentadas à PGFN informações adicionais, por meio de mensagem eletrônica, em relação ao modelo de Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação, com garantia da União, para o Setor Aeronáutico. Na oportunidade foi solicitado, também, àquela Procuradoria urgência no tratamento da matéria, tendo em vista entregas de aeronaves programadas para janeiro de 2008, e que as respectivas Promessas, de caráter irrevogável, já haviam sido emitidas por esta SAIN. O assunto encontra-se sob análise da PGFN.

d) **FGE/Setor Aeronáutico - Entendimento Setorial Aeronáutico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE:**

Outro assunto que foi objeto de discussão no âmbito do COFIG diz respeito à definição dos membros da delegação brasileira com o objetivo de atuar nas negociações sobre a adesão do Brasil ao “Entendimento Setorial Aeronáutico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE”. A parte brasileira, sob coordenação do MRE, contou também com representantes do BNDES, MDIC, SBCE e STN, e as discussões internas contaram com a ativa participação da Secretaria-Executiva do COFIG.

A seguir, relacionamos os principais acontecimentos realizados ao longo do ano sobre o assunto:

- 26.04.2007 - Após decisão do COFIG, em sua 32ª Reunião Ordinária, realizada em 28.03.2007, de que a delegação brasileira seguisse atuando nas negociações com base nas condições informadas pelo BNDES e na metodologia desenvolvida pela SBCE (de precificação do risco de crédito nas operações de crédito à exportação de aeronaves civis), ocorreu nesta data, em Paris, sede da OCDE, a 13ª Reunião dos participantes do “Acordo sobre Diretrizes para Créditos Oficiais à Exportação”, com o intuito de finalizar elementos do novo entendimento Setorial Aeronáutico;
- 19.06.2007 - Aprovação pela CAMEX da adesão do Brasil ao Entendimento Setorial Aeronáutico nos termos e condições negociados pela delegação brasileira que compareceu à reunião da OCDE;
- 31.07.2007 - Aprovadas a Resolução CAMEX S/Nº, que trata do apoio oficial brasileiro à exportação de aeronaves civis, e a Resolução nº 29, que versa sobre a utilização da cobertura do FGE, bem como da utilização do PROEX e da eleição do COFIG como órgão responsável pelos procedimentos operacionais necessários ao cumprimento dos termos e condições do Entendimento Setorial Aeronáutico; e
- 22.08.2007 - Reunião técnica, no MDIC, com exposição da SBCE sobre o novo Entendimento Setorial Aeronáutico da OCDE.

e) **GT - PROEX:**

Por deliberação da CAMEX, em sua LIII Reunião, realizada em 22.08.2007, o COFIG, em sua 37ª Reunião Ordinária, ocorrida em 28.08.2007, instituiu o GT-PROEX, com o propósito de avaliar alternativas para incrementar a utilização do orçamento do PROEX e propor medidas que permitam a eliminação dos entraves à utilização eficiente dos recursos do Programa.

O Grupo de Trabalho realizou sua primeira reunião em 19.12.2007 e o assunto continua em discussão.

3.4.1.5 Outros Assuntos

- 21.09.2007 - Reunião com representantes da PETROBRÁS onde foram apresentadas sugestões de alteração legislativa para que a empresa possa se valer de fornecedores nacionais, com operações em reais, e usufruir os mesmos benefícios fiscais concedidos para operações em dólares ou outras moedas estrangeiras identificadas como fortes.
- 27.09.2007 - Reunião com a SBCE, STN e PGFN para estabelecer limites de negociação e rotina de procedimentos para a recuperação de créditos junto ao setor automotivo da Argentina.
- 28.09.2007 - Reunião com representantes da Controladoria Geral da União - CGU para apresentação do SCE e exposição dos eventuais pontos de auditoria a serem demandados.
- 03.12.2007 - Instituído o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda, por intermédio da Portaria nº 184, de 25.07.2007. Instada a aderir à proposta de inserir os processos vinculados ao Seguro de Crédito à Exportação, com garantia da União, em sistema de tratamento de informação a ser contratado pelo Ministério da

Fazenda, esta Secretaria manifestou seu interesse e elaborou minuta com as justificativas para a respectiva inclusão. A propósito, foi apresentada a esta Secretaria as aplicações do sistema Business Intelligence (BI), cujo sistema de processamento em linha (OLAP) poderia ser um instrumento bastante útil para o acompanhamento das operações submetidas à análise da SAIN.

- 04.12.2007 - Reunião acerca de trabalho elaborado por consultor independente e divulgado pela Secretaria-Executiva da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI sobre a possibilidade de estabelecimento de um sistema regional de garantias às exportações das Micro, Pequenas e Médias Empresas.
- 19.12.2007 - Reunião sobre o Comitê de Créditos à Exportação da OCDE, realizada no Itamaraty, para discutir a permanência brasileira como observador *ad hoc* em Grupo Técnico vinculado àquele Comitê.
- 26.12.2007 - Apresentação de sugestão de redação para a página da SAIN do Ministério da Fazenda na internet.

3.4.1.6 Notas Técnicas

- **FGE/Seguro de Crédito à Exportação - SCE:** em 19.03.2007, a COAFI elaborou e encaminhou ao Secretário de Assuntos Internacionais a Nota Técnica nº 112, acerca da ampliação da Estrutura Funcional da SAIN/MF;
- **FGE/Seguro de Crédito à Exportação - SCE:** em 21.03.2007, a COAFI elaborou e encaminhou ao Secretário-Adjunto de Assuntos Internacionais, substituto, a Nota Técnica nº 121, sobre o pagamento de indenização pela prestação e colocação em disponibilidade de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação, no período de 27.12.2006 à 15.02.2007;
- **FGE/Seguro de Crédito à Exportação – SCE:** em 01.06.2007, a COAFI, na qualidade de Secretaria-Executiva do COFIG, elaborou e encaminhou aos Membros do COFIG a Nota Técnica nº 237, acerca de alterações do mecanismo de apoio à exportação das Micro, Pequenas e Médias Empresas -MPME, relativamente à revisão da taxa de sinistralidade e do novo limite de exportação para efeito de enquadramento/cobertura das operações pelo SCE;
- **FGE/Seguro de Crédito à Exportação – SCE:** em 01.06.2007, a COAFI, na qualidade de Secretaria-Executiva do COFIG, elaborou e encaminhou aos Membros daquele Comitê a Nota Técnica de nº 238, sobre a desobrigação de curso no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - CCR da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI das operações de exportação destinadas ao setor privado de todos os países participantes do referido Convênio;
- **FGE/Seguro de Crédito à Exportação – SCE:** em 27.06.2007, a COAFI, na qualidade de Secretaria-Executiva do COFIG, elaborou e encaminhou aos Membros daquele Comitê a Nota Técnica nº 282, acerca de alterações do mecanismo de apoio à exportação das Micro, Pequenas e Médias Empresas -MPME; relativamente à revisão da taxa de sinistralidade e do novo limite de exportação para efeito de enquadramento/cobertura das operações pelo SCE; e

- **FGE/Seguro de Crédito à Exportação – SCE:** em 22.10.2007, a COAFI elaborou e encaminhou aos Srs. Ministros da CAMEX a Nota Técnica nº 554, acerca de novo mecanismo de apoio à exportação das Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME, relativamente ao novo patamar de enquadramento das operações, e propostas de Medida Provisória, Decreto e Resolução para alteração das Leis nºs 6.704/1979 e 9.818/1999 e do Decreto nº 3.937/2001.

3.4.2 Negociações Bilaterais

a) Angola:

Posteriormente à solicitação do Governo de Angola de concessão de novos créditos para financiamento de projetos de infra-estrutura, em 14.03.2007, foram iniciadas negociações com representantes daquele país, em reuniões coordenadas pela COAFI e conduzidas pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que seguiram o seguinte cronograma:

- 02.08.2007 - Apresentação do pleito formulado pelo Governo de Angola, em reunião realizada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.
- 11.09.2007 - Reunião interna, com representantes do COFIG, para exame de premissas para concessão de créditos adicionais a Angola para exportações brasileiras de bens e serviços.
- 03 a 5.10.2007 - Reunião com delegação angolana para discussão da proposta e elaboração de minuta de Protocolo de Entendimento a ser assinado por representantes dos Governos do Brasil e de Angola, considerando a evolução positiva dos indicadores macroeconômicos angolanos, o fortalecimento de sua capacidade de pagamentos e à luz do relacionamento histórico de cooperação mantido entre Brasil e Angola.
- 18.10.2007 - Reunião do Governo brasileiro com representantes do Governo de Angola, em Luanda, para a assinatura do Protocolo de Entendimentos.

b) Bolívia:

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, em sua LIII Reunião do Conselho de Ministros, realizada em 22.08.2007, autorizou o financiamento da exportação de tratores e equipamentos agrícolas para a Bolívia, dentro do CCR, ao amparo da Lei nº 10.184/2001, alterada pela Lei nº 11.499/2007.

Em 25.09.2007 foi realizada reunião na Secretaria-Executiva da CAMEX para analisar pleito do Governo boliviano no sentido de tratar a concessão do crédito concessional fora do CCR. O pleito foi aprovado pela CAMEX em sua LIV Reunião, realizada em 23.10.2007.

Durante o mês de dezembro (06 a 08.12.2007), ocorreu a visita de uma delegação do Governo brasileiro à La Paz, com participação do representante da SAIN, com o objetivo de concluir os preparativos para a visita do Exmo. Sr. Presidente da República à Bolívia, oportunidade em que foram discutidos os termos do pleito boliviano para o financiamento de operações de interesse daquele país.

As negociações com os interlocutores bolivianos foram centradas nas questões referentes às Modalidades e Condições de Financiamento para Operações de Infra-estrutura, ao amparo dos mecanismos oficiais de créditos e de garantia às exportações brasileiras.

Por ocasião das reuniões técnicas, a parte brasileira reafirmou o interesse em viabilizar a utilização do mecanismo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, da ALADI, que poderá possibilitar um melhor fluxo comercial entre os dois países.

Ao final das negociações, o Vice-Ministro das Finanças daquele país declarou que buscará alternativas internas e legais para a inclusão dos financiamentos brasileiros no CCR.

c) Cuba:

Durante o mês de março, o Governo de Cuba efetuou conversações com as autoridades brasileiras no sentido de que o Brasil concedesse novos créditos àquele país, levando em conta, para tanto, os pagamentos por ele efetuados no ano de 2006, além dos previstos para 2007.

O assunto foi submetido ao COFIG que, em sua 32ª Reunião Ordinária, realizada em 28.03.2007, aprovou a elevação do limite de exposição daquele país, via PROEX/Financiamento, para utilização durante o ano de 2007.

No período de 26 a 28.11.2007, a COAFI, na qualidade de Secretaria-Executiva do COFIG, participou de novas negociações realizadas com delegação de Cuba, oportunidade em que foram apresentados novos pedidos de crédito para financiamento de um conjunto de projetos nos setores de alimentos, farmácia, hotelaria e rodoviário naquele país. Os representantes de Cuba solicitaram, também, a ampliação do atual crédito concedido para aquisição de alimentos.

O COFIG, em sua 41ª Reunião Ordinária, realizada em 20.12.2007, aprovou novamente a ampliação do limite de exposição de exportações brasileiras de alimentos para Cuba, nas mesmas condições financeiras atualmente em vigor, com a possibilidade de analisar a expansão desse crédito, somente após a utilização da totalidade do limite inicialmente concedido. Na oportunidade o Comitê manifestou-se no sentido de que a concessão de créditos para os demais setores (farmácia, hotelaria e rodovias) somente ocorrerá mediante a apresentação, pelo Governo daquele país, de garantia estruturada.

d) Equador:

Tendo em vista a visita do Ministro de Economia do Equador, Senhor Fausto Ortiz, prevista para 17.09.2007, com o objetivo de tratar do financiamento brasileiro para o Projeto do Eixo Multimodal Manta-Manaus, esta Secretaria participou, em 12.09.2007, de reunião realizada no MDIC para conhecer a proposta a ser apresentada pelo MRE para eventual concessão de financiamento àquele projeto.

Em 17.09.2007 foi realizada reunião no MDIC com a participação do Ministro de Economia do Equador e Membros do COFIG acerca do projeto Manta-Manaus. Na reunião ficou estabelecido que cumprirá ao Equador definir com precisão o projeto e encaminhá-lo para a apresentação ao COFIG, onde serão examinadas as condições de financiamento solicitadas.

e) Nicarágua:

Em decorrência de convite formulado pelo Governo brasileiro, em 2007 foram realizadas diversas reuniões entre o Governo da República da Nicarágua e o Governo da República Federativa do Brasil para definição de projetos de cooperação entre os dois países:

- 13 e 14.03.2007 - Visita da delegação ministerial do Governo da Nicarágua ao Brasil para reunião de trabalho, com vistas à definição de áreas prioritárias de cooperação entre os dois países;
- 03.04.2007 - Reunião preparatória à missão interministerial e multidisciplinar do Governo brasileiro à República da Nicarágua; e
- 23 e 24.04.2007 - Visita à Manágua de missão interministerial e multidisciplinar da República Federativa do Brasil ao Governo da República Federativa da Nicarágua, com participação de representante da COAFI, na qualidade de Secretaria-Executiva do COFIG, para tratar do estabelecimento de programas de cooperação bilateral nos mais diversos campos.

f) São Tomé e Príncipe:

Por solicitação do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, com o objetivo de avaliar a possibilidade de apoio financeiro do Governo brasileiro a diversos projetos de investimentos e aquisição de alimentos por aquele país, foram realizadas diversas reuniões para análise do pedido em questão:

- 26.03.2007 - Reunião realizada em Brasília, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, com representantes do COFIG e delegação da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Na oportunidade a delegação de São Tomé e Príncipe, chefiada pelo Ministro de Obras Públicas e Infra-Estruturas daquele país, apresentou o pedido de apoio financeiro do Brasil para aquisição de bens e serviços brasileiros.

Do lado brasileiro, foram prestadas informações sobre os programas governamentais de apoio às exportações (PROEX, FGE e BNDES) e orientação à delegação de São Tomé no sentido de procurar as empresas brasileiras, com o apoio do MRE, para conversar a respeito dos projetos que, oportunamente, poderiam ser encaminhados pelos agentes à deliberação do COFIG.

- 11.10.2007 - Reunião de Membros do COFIG, convocada pela Secretaria-Executiva da CAMEX, para avaliar o pedido de concessão de crédito, em condições especiais, para aquisição de alimentos brasileiros, apresentado pelo Governo de São Tomé e Príncipe por intermédio do MRE. Por se tratar de crédito concessional, ao amparo do art. 2º-A da Lei nº 10.184/2001, a matéria seria submetida à apreciação e deliberação do Conselho de Ministros da CAMEX;
- 22.10.2007 - Reunião de conclusão dos trabalhos iniciados na reunião do dia 11.10.2007 para serem apresentados pelo Ministro das Relações Exteriores ao Conselho de Ministros da CAMEX; e
- 23.10.2007 - Aprovação pelo Conselho de Ministros da CAMEX, em sua LIV Reunião, realizada na mesma data, de crédito emergencial para aquisição de alimentos brasileiros, de caráter concessional, à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

3.4.3. Fundo de Garantia à Exportação – FGE / Seguro de Crédito à Exportação - SCE

Em decorrência da transferência, do IRB – Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, das atribuições referentes à concessão de garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários, assumidas em virtude do Seguro de Crédito à Exportação – SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, esta Secretaria, por meio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, examinou as solicitações de exportadores brasileiros abaixo listadas, com vistas à autorização da concessão de garantia pela União, dentro da alçada da SAIN/COAFI ou do COFIG.

Natureza da Operação	Quantidade	Países / Destino	Valor Exportação (US\$)	Prêmios Previstos (US\$)
Promessa de Garantia	59	10	2.462.144.652,15	116.177.352,36
Certificado de Garantia	37	7	1.516.826.969,66	119.111.578,02
Apólices/Aditamentos	4	3	71.824.913,05	2.396.586,79
Indeferimentos	11	7	17.501.803,00	-

Os pleitos foram distribuídos conforme o encaminhamento conferido a cada um deles. Assim, as operações foram divididas em: Promessas de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (59); Certificados de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (37), na forma de Condições Particulares e, eventualmente, também como Condições Especiais; Aditamentos às Apólices anteriormente emitidas, uma vez que ainda encontram-se em vigência as garantias conferidas antes da assunção do serviço pelo IRB (4); bem como em operações que não tiveram o risco aprovado e, por isso, foram objeto de indeferimento (11). Os pleitos examinados pela COAFI totalizaram US\$ 4,07 bilhões de exportações brasileiras e US\$ 237,7 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro, a serem recolhidos de acordo com o cronograma de desembolso das operações.

Vale ressaltar que todas as operações mencionadas foram objeto de análise pela empresa contratada para operar o Seguro de Crédito à Exportação, cujo “Relatório Executivo” específico para cada operação, envolvendo a análise econômico-financeira do importador, o risco-país, a análise setorial e o histórico das empresas envolvidas, foi tempestivamente submetido à apreciação desta Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, do COFIG e, conforme o caso, também à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Sobre os sinistros verificados ao longo de 2007, o Fundo de Garantia à Exportação - FGE efetuou indenizações no montante de R\$ 4,6 milhões. Os valores recuperados após a indenização, mediante ações de cobrança judicial e extrajudicial, atingiram o montante de R\$ 5,1 milhões.

Cabe ressaltar que durante o mês de dezembro foi assinado o primeiro contrato de renegociação de dívida referente à garantia honrada pelo FGE, ao amparo da Lei nº 11.281, de 20.02.2006.

Trata-se do Contrato de Confissão e Assunção de Dívida e do Contrato de Cessão de Crédito firmado entre a República Federativa do Brasil e a Companhia Uruguaia de Transportes Coletivos S.A. - CUTCSA, no montante de US\$ 8,5 milhões, dos quais o valor de US\$ 1,8 milhão foi recebido por ocasião da assinatura do contrato e o restante atualizado e renegociado para pagamento em 96 parcelas mensais. .

A celebração de tal acordo, além de viabilizar o retorno do valor acima dispendido pelo FGE, implicará na interrupção de novas indenizações, uma vez que a negociação prevê a retomada dos pagamentos do financiamento pela empresa junto ao BNDES.

3.4.3.1. Custódia dos Títulos de Crédito indenizados pelo FGE

O BNDES, como gestor financeiro do FGE, tem a atribuição de, após autorização desta Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, efetuar o pagamento da indenização devida pelo SCE ao beneficiário do Certificado.

Com o pagamento da referida indenização, o BNDES recebe, em contrapartida, as Letras de Câmbio emitidas pelo exportador com o aceite do devedor, nas operações do tipo *Supplier's* devidamente endossadas a favor da União. Esses títulos de crédito são utilizados, posteriormente, para que a SBCE efetue a cobrança do devedor, em nome do Garantidor, com o objetivo de ressarcir o FGE.

A custódia das Letras de Câmbio após o pagamento da indenização não está, todavia, definida dentre as atribuições do BNDES como gestor do FGE. Dessa forma, os referidos títulos de crédito eram encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A STN, por sua vez, manifestou o interesse de repassar a custódia dos títulos para a SAIN em razão da publicação da Portaria MF nº 416, de 16.12.2005.

Nesse contexto, em 2007 a SAIN negociou com o BNDES a manutenção naquele banco da custódia dos títulos indenizados pelo FGE, até o momento em que a SBCE deles necessite para promover a cobrança junto aos devedores.

3.4.3.2. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

- a) **Modelos e Aditivos:** Durante o ano de 2007 foram efetuadas 2 (duas) consultas sobre alteração do modelo de Certificado de Garantia, Comprador Privado (tipo VII), bem como das Condições Particulares ao Certificado de Garantia, Mutuário Público (tipo VII), e 1 (uma) proposta de alteração de Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação, referente ao risco de fabricação e de crédito (tipo VII), e risco de crédito no CCR (tipo VI).
- b) **Sinistros e Renegociação:** Em 2007 foram efetuadas 13 (treze) consultas sobre regulação e pagamento de sinistro e 1 (uma) sobre renegociação de dívidas honradas pelo FGE para pagamento de sinistro.

3.4.3.3. Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação - FGE

- a) **Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para 2008:** No segundo e terceiro trimestres de 2007 foram tomadas várias providências acerca da Proposta Orçamentária do FGE para o ano de 2008:
- 14.05.2007 - Encaminhamento à SPOA/SE/MF da Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para o exercício de 2008, elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, da ordem de R\$ 480,8 milhões de receitas e R\$ 84,5 milhões de despesas;
 - 28.05.2007 - Encaminhamento à SPOA/SE/MF de nova Proposta Orçamentária do FGE para o exercício de 2008, elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, da ordem de R\$ 514,8 milhões de receitas e R\$ 106,2 milhões de despesas, em substituição à enviada anteriormente, em função da inclusão do segmento de Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPME, que passará a contar com o apoio de Seguro de Crédito à Exportação, tão logo publicados os normativos a respeito da matéria, conforme projeto aprovado pela CAMEX. Essa Proposta Orçamentária foi levada ao conhecimento do COFIG na 34ª Reunião Ordinária, realizada em 06.06.2007.
 - 02.08.2007 - A COAFI enviou à SPOA/MF o mapa com a distribuição dos valores entre as duas rubricas orçamentárias do FGE, conforme limite orçamentário global fixado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, alertando que os recursos disponibilizados são insuficientes para atender os compromissos que o Fundo possui para 2008.
 - 14.08.2007 - Foi encaminhada à SPOA/MF informação sobre o valor necessário ao cumprimento das despesas essenciais que não tenham sido contempladas na totalidade pelo limite de R\$ 19.400 mil, disponibilizados ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE para 2008. A SAIN fez uma revisão dos números e, em relação à proposta inicial, informou redução de 25% no valor das despesas previstas do Fundo.
- b) **Orçamento do FGE para 2007:** A COAFI monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Fundo.

3.4.3.4 Demais Atividades relacionadas ao FGE

- a) **Exposição do FGE em 2007:** Foi informado mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo Tesouro, decorrente de operações realizadas no âmbito do FGE.
- b) **Relatório de Metas do FGE para 2007:** Foi efetuada a elaboração de relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2007.
- c) **Prestação de Contas do FGE:** O relatório de prestação de contas do FGE, relativo ao exercício financeiro de 2007, foi enviado à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, para posterior exame do Tribunal de Contas da União.
- d) **Edital de Licitação - Concorrência nº 1/SAIN/MF/2006**

O edital referente ao processo de licitação para a contratação de instituição habilitada a operar o Seguro de Crédito à Exportação - Concorrência nº 01/2006/SAIN/MF - foi publicado no Diário Oficial da União em 24.11.2006.

Dentre as atribuições previstas no referido edital, ficou estabelecido que a empresa vencedora seria a responsável pela execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação de médio e longo prazos com risco do FGE, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Projeto Básico.

Destaca-se o fato de que duas empresas participaram do processo de licitação e que, apesar da complexidade da concorrência, não houve qualquer recurso judicial contestando o resultado do processo ou o próprio edital, o que contribuiu para a sua conclusão ainda no mês de fevereiro de 2007.

A vencedora da licitação foi a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A. - SBCE, que obteve o valor de avaliação de 9,10 (nove inteiros e dez centésimos), cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União, em 15.02.2007.

O Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a União, representado pela SAIN, e a SBCE, com vigência de 16.02.2007 a 15.02.2008, teve o seu extrato publicado no Diário Oficial da União em 01.08.2007.

e) Fiscalização do Contrato SAIN-SBCE

No decorrer do exercício de 2007, a SAIN realizou visitas de fiscalização à SBCE, conforme previsto na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços em vigor.

O acompanhamento dos serviços prestados pela SBCE foi feito, também, diária e mensalmente, mediante troca de mensagens eletrônicas, realização de contatos telefônicos e envio de documentos (pareceres, relatórios, estudos, etc.) pela Seguradora, com vistas a subsidiar as decisões desta Secretaria e do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.

3.4.4. Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

O PROEX é um programa governamental, instituído pela Lei nº 8.187, de 01.06.1991, revogada pela Lei nº 10.184, de 12.02.2001, com o objetivo de incentivar as exportações brasileiras de bens e serviços, mediante a concessão de apoio financeiro às empresas exportadoras, com recursos orçamentários da União.

Destacamos, a seguir, os principais eventos envolvendo o referido Programa, no âmbito desta COAFI, ao longo do ano de 2007:

a) Comissão de Programação Financeira do PROEX - CPF

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial nº 496, de 03.09.1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2007, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (73^a a 84^a).

b) Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER

Juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela SAIN/COAFI, autorizou o Banco do Brasil S.A. a proceder as alterações de cronogramas de entregas, de alinhamento e preços e de modelos de aeronaves produzidas pela EMBRAER para venda a diversos importadores, envolvendo 33 (trinta e três) Registros de Créditos - RCs, tendo obtido o referendo do COFIG para as autorizações concedidas.

3.4.4.1. Orçamento do PROEX

- a) **Proposta Orçamentária do PROEX para 2008:** A COAFI coordenou as reuniões de elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2008, que contaram com a participação de Membros do COFIG. A proposta orçamentária do Programa, no montante de R\$ 2,2 bilhões de dotação para Financiamentos e R\$ 1,2 bilhão para Equalização de Taxas de Juros, foi levada ao conhecimento do COFIG na 36^a Reunião Ordinária, realizada em 02.08.2007.
- b) **Orçamento do PROEX para 2007:** A COAFI monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Programa.

3.4.4.2 Outros Eventos que contaram com a participação da COAFI

- a) **Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimentos Brasil - República Dominicana:** Como representante do Ministério da Fazenda no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, em 15.05.2007, na sede da Confederação Nacional do Comércio, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), o Secretário-Adjunto da área financeira da SAIN ministrou palestra no referido seminário sobre os mecanismos oficiais de apoio às exportações brasileiras.
- b) **ENAEX:** O Secretário-Adjunto da área financeira da SAIN participou do 27º Encontro de Comércio Exterior - ENAEX, realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB, no período de 22 e 23.11.2007, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).
- c) **FEFRABAN:** Reunião com bancos operadores do PROEX, realizada em 30.11.2007, na cidade de São Paulo, com o objetivo de discutir os mecanismos oficiais de apoio às exportações, notadamente o PROEX nas modalidades Financiamento e Equalização. Na oportunidade os representantes dos bancos fizeram diversas sugestões para alavancar as exportações com apoio do PROEX, que ficaram de ser analisadas pelos técnicos do Governo. A reunião contou com a presença do Presidente do COFIG, de representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais e da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Banco do Brasil S.A., além de representantes das seguintes instituições financeiras: Unibanco, HSBC, ABN Real, Santander, WestLB, Bradesco, Itaú BBA, Unibanco e Safra.

d) Reuniões na SBCE:

- 22 a 23.02.2007 - Com o objetivo de atender ao disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Ministério da Fazenda, representada pela SAIN, e a SBCE, a seguir transcrito: *“A contratada terá 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato para comprovar o atendimento dos requisitos e a existência e eficiência dos produtos constantes, respectivamente dos itens 5 (organização e estrutura da empresa);*
- 16.05.2007 - Para discussão dos seguintes temas: Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME, recuperação de créditos no exterior, alçada decisória, modelo de relatório, e qualidade do serviço;
- 03 a 04.09.2007 - Discussão sobre os seguintes temas: apoio do seguro de crédito à exportação às Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPME, nova composição acionária da SBCE e reunião com representantes da COFACE; e
- 27 a 28.12.2007 - Reunião sobre a alteração do acordo acionário da SBCE, com a presença do Banco do Brasil S.A. e do BNDES.

e) Reuniões no BNDES:

- 18.05.2007 - No Rio de Janeiro (RJ), para tratar de assuntos relativos à participação estratégica do Governo na composição societária da SBCE.
- 20.08.2007 - No Rio de Janeiro (RJ), para tratar da reestruturação societária da SBCE.

Metas Previstas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI.

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG.

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

Responsáveis pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias.	Unidade	12	12	12	12
2 - Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade	60	60	60	60
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade	3	3	3	3
4 - Reuniões do COFIG	Unidade	3	3	3	3
5 - Elaboração de atas das Reuniões Ordinárias do COFIG.	Unidade	3	3	3	3
6 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade	3	3	3	3
7 - Participação em negociações bilaterais	Unidade	1	1	1	1

Obs:

- O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.
- Apenas o item 6 se refere a negociações.

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI.

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG.

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias.	Unidade (%)	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)
2 - Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade (%)	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	5 (167%)
4 - Reuniões do COFIG	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	5 (167%)
5 - Elaboração de atas das Reuniões Ordinárias do COFIG.	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	5 (167%)
6 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
7 - Participação em negociações bilaterais	Unidade (%)	2 (200%)	0 (0%)	1 (100%)	4 (400%)

Obs:

- O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.
- As metas referentes ao item 3, 4 e 5 para o último trimestre de 2007 foram superadas devido à realização de 2 reuniões extraordinárias do COFIG (11ª e 12ª).
- Apenas o item 7 se refere a negociações.
- As metas para o 2º trimestre de 2007, referente ao item 7, não foram atingidas em função de que as negociações previstas para aquele trimestre não foram realizadas. Entretanto, no 4º trimestre foram realizadas 4 negociações bilaterais com os seguintes países: Angola, Bolívia, Cuba e São Tomé e Príncipe.

3.4.5. Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE

O COMACE, órgão colegiado, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 188, de 23 de outubro de 1989, e reorganizado pelo Decreto nº 2.297, de 11.08.1997, tendo o seu funcionamento delineado pelo Regimento Interno anexo à Portaria nº 350, de 26.12.1997.

Ao COMACE compete: (a) definir parâmetros e analisar modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros; (b) proceder à análise de risco-país; (c) fixar critérios para a concessão de novos créditos; (d) indicar limites de exposição por país; e (e) indicar limites das obrigações contingentes do Tesouro Nacional em garantias e seguros de créditos à exportação.

A Presidência do COMACE é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e sua Secretaria-Executiva está a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais deste Ministério. O COMACE é composto, ainda, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Ministério das Relações Exteriores - MRE; Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A.

3.4.5.1. Secretaria-Executiva

Em 2007, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, que representa a Secretaria-Executiva do COMACE no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais, tratou e acompanhou os seguintes assuntos:

3.4.5.2. Reuniões no Clube de Paris

- 23.01.2007 - Tour d'Horizon - Argentina - O Secretário Geral deu conta da intenção das autoridades argentinas em comparecer ao Clube com proposta para renegociar seus números. Enfatizou a falta de seriedade daquelas autoridades e informou que só aceitaria a reunião quando os interlocutores apresentassem seriedade na proposta. A maioria dos presentes exigiu o pagamento de juros em atraso de uma só vez; Angola - O Secretário informou que o país se propunha a liquidar as parcelas de juros em atraso, e assim voltar a negociar com os credores do Clube. À exceção da Dinamarca, os demais países mostraram-se satisfeitos com o desempenho angolano; Equador - O Clube se mostrou preocupado com as últimas declarações vindas de Quito, após a posse do novo Presidente, que não concorda com compromissos financeiros assumidos por seus antecessores. Os países membros se mostraram cautelosos e em compasso de observação sobre as movimentações das autoridades do Equador. Congo RDC - Informação do FMI sobre o prazo final para o PRGF – Programa de Redução da Pobreza e Crescimento, para março;
- 14.03.2007 - Tour d'Horizon - Angola - Pronunciamento do Presidente do Clube de Paris dando conta dos últimos pagamentos realizados por Angola e considerando o feito como uma vitória, ao tempo em que conclamou os participantes do fórum para o cuidado com informações confidenciais. Solicitou reforço no tratamento igualitário dos credores, de modo a não enfraquecer o potencial de negociação do Clube. Gabão - Autoridades gabonesas enviaram ao Clube, proposta que resume a intenção de: a) solicitar o cancelamento de 33% de sua dívida e, b) efetuar o *buyback* do saldo de suas dívidas, em face do atual nível de reservas, favorecido pelos altos preços do petróleo;

- 19.04.2007 - Tour d'Horizon - Angola - O Presidente do Clube prestou informação sobre pagamentos efetuados pelo governo angolano, dando ênfase a valores pagos a maior a alguns países, que se manifestaram com suas intenções de resolver o impasse. Congo RDC - Informação sobre a visita do novo Ministro das Finanças daquele país, Sr. Mutando, que expressou a intenção de retomar negociações com instituições financeiras internacionais. Gabão - Os credores do Clube deram tratamento à proposta gabonesa de liquidação de sua dívida. Ao discordar do pedido de perdão de 1/3 da dívida, os representantes propuseram estudar uma contraproposta. Peru - O Presidente deu conta sobre os preparativos para a negociação que ensejará o pré-pagamento da dívida peruana, já renegociada anteriormente no Clube, previsto para o mês seguinte. Suriname - Informação de que o país respondeu carta do Clube sobre a necessidade de iniciar um Acordo com o FMI, a fim de prosseguir com a renegociação de sua dívida. O Brasil é o maior credor e, junto com os EUA, os únicos países que ainda não efetivaram acordos de pagamentos;
- 22.05.2007 - Tour d'Horizon - Angola - Foi informado aos credores presentes que o FMI elogiou o esforço do país em regularizar os pagamentos com os membros do Clube de Paris, e que o Banco Mundial disponibilizará uma ajuda em forma de empréstimo não concessional de US\$ 290 milhões a Angola no período entre 2007-09. Zimbábue - A pedido dos EUA, o país foi inserido na pauta da reunião para checar a qualidade de relacionamento com os credores. FMI e Banco Mundial mostraram situação normal de relacionamento, os EUA justificaram o pleito, pois há a intenção daquele país em entrar em litígio com o país africano por falta de pagamentos. Peru - O Presidente do Clube informou sobre a proposta peruana de efetuar o pré-pagamento do montante total de sua dívida. Confirmou ainda, respondendo a questionamentos americano e belga que, a proposta contemplava o pagamento a preço de mercado. Setor Privado - No encontro Anual com representantes do Setor Privado foi ratificado a necessidade de se valorizar o Princípio da Comparabilidade na implementação dos termos da iniciativa HIPC. O FMI e o Setor Privado expuseram painéis sobre os mecanismos existentes para auxiliar nas políticas de financiamento;
- 19.06.2007 - Tour d'Horizon - Angola - O Presidente do Clube noticiou a conversa que teve com o Ministro das Finanças daquele país, Sr. Pedro de Moraes, que apresentou proposta para pagamento dos juros de mora em atraso, tão logo conclua a reconciliação com todos os credores. O FMI apresentou dados positivos sobre a economia angolana e o Banco Mundial acenou com a aprovação de uma nova operação de US\$ 200 milhões. Congo - O FMI informou que a situação econômica apresenta uma melhora considerável por conta dos setores petrolífero e da construção civil. O Banco Mundial acrescentou que será aprovado, para breve, um novo crédito de US\$ 108 milhões, condicionado à implementação de um Programa de Redução da Pobreza - PRGF. Costa do Marfim - Um acordo para o período 2002-05 foi interrompido, e um acordo EPCA não foi implementado por conta dos atrasados com o FMI e com o African Bank for Development. O Clube vai continuar monitorando a situação a fim de manter-se informado caso surja alguma oportunidade positiva. Gabão - Apresentada proposta de redução de 33% da dívida para quitação da dívida. O FMI revelou situação estável e o Banco Mundial aprovou a proposta de pré-pagamento e o assunto foi dirigido aos participantes em forma de "tour de table". Várias posições foram expostas pelos participantes e a Holanda sugeriu uma contraproposta de redução do montante da dívida entre 10 e 20%, a ser indicada na próxima reunião do Clube. Guiné Bissau - O país atingiu o *Decision Point* em 2000 e não conseguiu cumprir outras etapas que o levariam ao *Completion Point*, quando o estoque de sua dívida será perdoado;

- 17.07.2007 - Tour d'Horizon - Angola - Informação de que o país saldou todos os seus compromissos relativos a juros contratuais em atraso com todos os credores, restando apenas os juros de mora. Em resposta à demanda angolana, o Presidente do Clube ressaltou que, abertura de novos créditos, por parte das Agências de Financiamento às Exportações, estaria condicionada a depósito de 45% dos juros de mora até o final do mês, à reconciliação e quitação de, pelo menos 50%, dos juros de mora. Gabão - O Secretariado teceu vários comentários de cunho técnico sobre a proposta de redução de 33% da dívida do Gabão. A Alemanha apresentou uma proposta mais factível, em face da experiência de negociações passadas, o que não oneraria o perfil econômico do país devedor junto aos mercados e traria mais conforto aos credores. A proposta foi complementada pela Holanda e ficou acertado que o Clube encaminharia o pleito aos gaboneses. Nigéria - Foi distribuído aos presentes, um folheto e um DVD, apresentando um feedback sobre a aplicação dos recursos oriundos do perdão da dívida Nigeriana, durante a administração do Presidente Obasanjo. - Gabão-Negociação - (18.07.2007) - Ao final de inúmeras manifestações chegou-se a um consenso sobre um desconto de 15% a ser concedido à operação de pré-pagamento, apesar do clima tenso causado pela insistência do representante dos EUA em excluir a cláusula de comparabilidade de tratamento, da Agreed Minute. Os EUA não assinaram o documento;
- 12.09.2007 - Tour d'Horizon - Angola - Presidente do Clube relata novo contato com o Ministro Pedro de Moraes. O FMI alerta para a continuidade de risco moderado e outros indicadores econômicos que sugerem vulnerabilidade aos preços do petróleo. Banco Mundial ainda aguarda informações pedidas ao governo angolano, referentes aos fundos I.D.A. Gabão - As autoridades gabonesas enviaram cartas aos credores solicitando desconto de 20% a exemplo do ocorreu com a França. Os credores se manifestaram pela manutenção do índice de 15%. República do Congo - Por solicitação da Itália o país foi incluído na pauta da reunião por conta de um empréstimo que teria recebido da China para construção e ampliação de infra-estrutura de transportes, o que poderia ocasionar redução da sustentabilidade de seus compromissos com os credores do Clube. Equador - FMI e Banco Mundial informam que as condições estão mantidas e que as novas autoridades ratificam os compromissos de manter os pagamentos em dia. Antígua & Barbuda - FMI e Banco Mundial anunciaram que o país nunca utilizou de mecanismos de financiamentos, disponíveis em ambas as entidades. O Presidente do Clube informou o total da dívida, US\$ 103,3 milhões, dos quais, US\$ 34,3 milhões em atraso. O Brasil pediu para ser incluído entre os credores e solicitou o acréscimo de seus US\$ 29,4 milhões de crédito junto àquele país;
- 18.10.2007 - Tour d'Horizon - Angola - Foi informado aos presentes sobre um novo contato com o Ministro das Finanças que, desta vez, se propôs a apresentar uma proposta formal ao Clube, contemplando pagamento de um montante substancial a ser aplicado nos juros de mora. O Presidente do Clube alertou aos credores que mantivessem a firmeza quanto à não abertura de novos créditos a Angola, visando o fortalecimento das negociações. República do Congo - Ainda pendentes informações precisas quanto ao relacionamento financeiro entre o país e a República Popular da China. O FMI questionou a qualidade dos contatos efetuados pelo Fundo junto ao governo congolês, e que, até onde saber, nenhum acordo de financiamento teria sido fechado até o momento, embora a autoridade para tal seja reservada ao governo dos dois países. Guiné - FMI e Banco Mundial reportaram que a ajuda ao país se resume a obras para o atendimento a consultoria em princípios de mercado, telecomunicações e novos financiamentos para a área de saúde e de eletricidade. O FMI reportou a situação “bastante precária” do país e o Presidente do Clube informou que os atrasados de sua dívida terão que ser reescalados, incluindo-se os valores de pré e pós data de corte; e

- 14.11.2007 - Tour d'Horizon - Angola - O Presidente do Clube informou não ter recebido a esperada proposta do governo angolano e que teria enviado formalmente ao Vice-Ministro angolano, uma carta propondo uma solução para o pagamento de juros em atraso. Cópia dessa minuta foi enviada aos credores, à exceção do Brasil que, questionando o motivo da exclusão, obteve como resposta que o Clube não poderia fornecer cópia de documento confidencial a país não Membro do Clube. Guiné - O Presidente do Clube ratificou que o país não possui capacidade de pagamento e será mais reduzida ainda nos anos de 2009 e 2010, e que conclamou credores a se prepararem para mais um reescalonamento. O montante em atraso é de US\$ 260 milhões. Gabão - O Presidente do Clube comentou os termos concedidos ao Gabão para que o mesmo efetivasse o seu pré-pagamento e comunicou sobre o pedido de dilação do prazo para que as autoridades do país aprovassem a emissão de títulos no valor de US\$ 1 bilhão. EUA e Japão se mostraram contrários à operação de pré-pagamento e exigiram a quitação de valores da dívida ODA. Brasil Devedor - A Alemanha solicitou reunião em separado com o Brasil a fim de tratar de pendências de seu pré-pagamento. A dívida do Brasil com a Alemanha monta € 1.154.513,23. O Brasil informou que o assunto seria passado ao Tesouro Nacional, responsável pelo pagamento.

3.4.5.3. Reuniões Diversas

a) Brasil

- Em Brasília - DF, em 02.04.2007, no Ministério do Meio Ambiente - MMA, com participação desta SAIN e do GABINETE da Ministra, a fim de tratar do tema Conversão de dívidas brasileiras em projetos do MMA junto ao Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América;
- Em Brasília - DF, em 04.04.2007, no Ministério de Relações Exteriores - MRE, com a participação de membros do MRE, MDIC, MF/SAIN, BB, BNDES, STN e SBCE. Reunião da coordenação interministerial com o objetivo de dar seguimento às discussões sobre a participação do Brasil no Comitê de Créditos à Exportação da OCDE;
- Em Brasília - DF, em 09.07.2007, no Ministério do Meio Ambiente - MMA, com participação desta SAIN e do GABINETE da Ministra, a fim de tratar do tema Conversão de dívidas brasileiras em projetos do MMA junto ao Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América; e
- Em Brasília - DF, em 12.07.2007, no Ministério da Fazenda, com participação desta SAIN, MMA e Membros do Departamento de Tesouro Americano, por ocasião da visita do Secretário do Tesouro ao Brasil, a fim de tratar do tema Conversão de dívidas brasileiras em projetos do MMA junto ao Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América.

b) França:

- Em Paris, em 18.06.2007, na Sede do Banco Lazard Frères, com o Sr. Eric Lalo e Sra. Michelle Marche, a fim de tratar sobre Programas de Conversão de Créditos, Operações de Recompra e Troca de Débitos (*buyback and swap*). O Banco Lazard Frères atua como Consultor de alguns países devedores do Brasil como: Gabão, Tanzânia e Zâmbia.

c) Argentina

- Em Buenos Aires, de 13 a 15.07.2007, com membros da UNICEF, do Ministério da Educação da Argentina e representantes de: Costa Rica, Marrocos, Espanha, Filipinas, Alemanha, França, Reino Unido, Bolívia, para tratar de conversão de dívidas por investimentos em educação e recuperação de meio ambiente, dentro dos Objetivos do Milênio e do Programa Educação para Todos;

d) França

- Em Paris, em 19.10.2007, na Sede do Banco Lazard Frères. O Banco Lazard Frères é consultor do Gabão para assuntos de dívida junto ao Clube de Paris. A reunião visava apresentar os números da dívida gabonesa conforme levantamento elaborado pelo Banco do Brasil.

3.4.5.4. Negociações bilaterais

a) Iraque

- Na Embaixada Brasileira em Paris, 24.01.2007, com representantes do Governo Iraquiano, para tratar de consolidação da dívida daquele país. Participaram do encontro: Srs. Derrill Allatt, Christian Digemose e Gttlieb Steen Hamilton; da Consultoria Houlihan Lokey de Londres; pelo lado brasileiro, o Sr. Conselheiro da Embaixada, João Carlos Parkinson; e pela SAIN/COMACE, Ines Maia e Wilson Andrade.

b) Zâmbia

- Em Brasília (DF), 05.02.2007, reunião com o Sr. Embaixador e Primeira Secretária da República da Zâmbia, para tratar de novos créditos e discutir condições do Acordo Bilateral com base na Agreed Minutes de 11 de maio de 2005. Participaram pela SAIN o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, Luiz Melin, e o Sr. Wilson Andrade.

c) República do Congo

- Em Brasília (DF), 14 e 15.03.2007, reunião da Comissão Mista Brasil-Congo para tratar de reescalonamento da dívida daquele país com o Brasil. Pelo lado brasileiro participaram representantes da SAIN e da STN.
- Em Brasília (DF), 12.09.2007, reunião da Comissão Mista Brasil-Congo a fim de estabelecer acordo estratégico abrangendo o pagamento da dívida e intercâmbio comercial com base no fornecimento de petróleo. Pelo lado brasileiro compareceram representantes da SAIN e da STN.
- Em Brasília (DF), 15.10.2007, conferência da Comissão Mista Brasil-Congo, mediante troca de correspondência eletrônica, com o objetivo de definir os termos do Memorando de Entendimentos sobre o intercâmbio comercial entre os dois países, com base no fornecimento de petróleo, que seria assinado por ocasião de visita do Sr. Presidente a Brazzaville, em 16.10.2007.

3.4.5.5. Reuniões do COMACE

Ao longo do ano de 2007 não houve fato relevante que exigisse a realização de reunião ordinária ou extraordinária dos Membros do COMACE. No período foram realizadas as seguintes reuniões técnicas:

- 22.02.2007 - Reunião com o Sr. NICK CULLEN, da Bright Future Ventures, sobre a aquisição da dívida da Tanzânia. Reunião e Almoço, com participação da SAIN (Ines Maia e Wilson Andrade), para tratar da situação da dívida da Tanzânia com o Brasil, e as condições de implementação dos acordos no Clube de Paris;
- 23.02.2007 – Reunião com a Sra. Conselheira Annick J. Capet Bakou, Sr. 2º Conselheiro Diaby Vacaba e Sr. Assistente Lamine Kanté da Embaixada da Costa do Marfim em Brasília, sobre a atualização de dados referentes à dívida daquele país com o Brasil;
- 02.05.2007 - Reunião no MRE, com representantes da Divisão de América do Sul e desta SAIN, a fim de tratar da Missão a Paramaribo - Suriname, chefiada pelo Subsecretário para a América do Sul;
- 21.06.2007 - Reunião no MRE, com representantes da Divisão de América do Sul e desta SAIN, a fim de tratar da Missão a Paramaribo - Suriname, chefiada pelo Subsecretário para a América do Sul;
- 21.09.2007 - Reunião na SAIN Sul, com a PGFN, Banco do Brasil, STN, objetivando construir uma estratégia de atividades a fim de convocar demais membros do COMACE, com vistas a retomar as negociações com representantes o Iraque;
- 27.09.2007 - Reunião com alguns membros do COMACE, a fim de analisar os termos do Acordo Quadro a ser assinado com a República do Congo visando criar mecanismo de crédito com base no fornecimento de petróleo;
- 28.11.2007 - Reunião com alguns membros do COMACE, a fim de tratar da estratégia de negociação da dívida da República do Congo para com o Brasil;
- 28.11.2007 - Reunião com alguns membros do COMACE, a fim de tratar da estratégia de negociação da dívida da Guiné-Bissau com o Brasil;
- 29.11.2007 - Reunião no Ministério das Relações Exteriores, no âmbito das discussões acerca de Mecanismos Inovadores de Financiamentos a fim de analisar proposta do Governo do Senegal para a participação em Fundo de Inclusão Digital; e
- 21.12.2007 - Reunião com alguns membros do COMACE e com a presença de Consultor do Governo guineense, a fim de tratar da estratégia de negociação da dívida da Guiné-Bissau com o Brasil.

3.4.5.6. Notas Técnicas

- **Dívida da Argentina:** Em 15.06.2007, a pedido do Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, foi elaborada Nota Técnica sobre a Dívida da Argentina, com o enfoque

dado ao tema no Clube de Paris e sua implicação nas possíveis negociações bilaterais com os credores estrangeiros; e

- **Conversão de Dívidas em Projetos do Meio Ambiente – TFCA:** Em 10.06.2007, a pedido do Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, elaborada Nota Técnica sobre o *Tropical Forest Conservation Act – TFCA*, mecanismo criado pelos Estados Unidos da América para conversão de dívidas em moeda local a fim de apoiar a conservação e a proteção de florestas tropicais.

3.4.5.7. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

- **República do Congo:** Em 12.09.2007, consulta a respeito do andamento do processo de análise do bilateral a ser assinado pelo Brasil e pelo Congo a fim de reescalonar a dívida conforme termos estabelecidos no Clube de Paris.

3.4.5.8. Outros Assuntos

a) Correspondências

- Em 01.02.2007, ao *Bank for International Settlements - BIS*, informando os dados do IRB-Brasil Resseguros S.A. para fins de transferência de créditos efetuados pela República da Nigéria no âmbito do Acordo Bilateral de 29.12.2005.
- Em 16.03.2007, à República do Congo, tratando da data limite para assinatura de Acordo bilateral para o reescalonamento da dívida.
- Em 04.05.2007, à República da Nigéria, confirmando o recebimento dos pagamentos finais da dívida nigeriana para com o Brasil nos termos do Acordo Bilateral de 29.12.2005.

b) Traduções

- Em 04.02.2007 - Relatório do FMI sobre Zâmbia para subsidiar a reunião de 05.02 entre o Sr. Albert Muchanga, Embaixador de Zâmbia em Brasília, e o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, Luiz Melin.
- Em 17.07.2007 - Comunicado Conjunto sobre a 1ª. Reunião de Mecanismo de Consulta Política entre a República do Suriname e a República Federativa do Brasil.
- Em 15.10.2007 - Minuta do Memorando de Entendimentos, a ser assinado entre o Brasil e a República do Congo.

c) Informativos Diversos sobre Países Devedores

- Em 09.03.2007 - Informações ao Ministério das Relações Exteriores - MRE sobre a República do Congo, por ocasião da Comissão Mista Brasil-Congo.
- Em 08.11.2007 – Informações ao MRE sobre Guiné-Bissau, por ocasião de visita Presidencial.
- Em 27.12.2007 – Informações ao COFIG sobre Honduras.

Metas Previstas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI.

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos.

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participação em negociações no Clube de Paris	Unidade	2	3	2	2
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento.	Unidade	3	2	3	3
3 - Reuniões do COMACE	Unidade	1	0	2	3
4 - Elaboração de atas, ajudas-memória e relatórios das negociações e reuniões.	Unidade	6	4	4	8
5 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos.	Unidade	0	0	1	1
6 - Ajuda na conciliação dos números das dívidas a serem negociadas e realização de reuniões quando necessárias.	Unidade	1	2	4	2
7 - Participação em negociações envolvendo o Pré-Pagamento da dívida do Brasil com os credores do Clube de Paris.	Unidade	0	0	0	0
8 - Participação em negociações relacionadas a conversão de créditos.	Unidade	1	4	0	0
9 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$).	US\$	42.007.493,28			

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI.

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos.

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participação em negociações no Clube de Paris.	Unidade (%)	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento.	Unidade (%)	3 (100%)	2 (100%)	2 (66%)	3 (100%)
3 - Reuniões do COMACE	Unidade (%)	1 (100%)	0 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
4 - Elaboração de atas, ajudas-memória e relatórios das negociações e reuniões.	Unidade (%)	6 (100%)	4 (100%)	4 (100%)	8 (100%)
5 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos.	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
6 - Ajuda na conciliação dos números das dívidas a serem negociadas e realização de reuniões quando necessárias.	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	4 (100%)	2 (100%)
7 - Participação em negociações e reuniões envolvendo o Pré-Pagamento da dívida do Brasil com os credores do Clube de Paris.	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (200%)
8 - Participação em negociações relacionadas a conversão de créditos.	Unidade (%)	1 (100%)	4 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$).	US\$	45.459.284,55			

Obs

- As metas para o 3º trimestre de 2007, referentes ao item 2, não foram totalmente atingidas por coincidir a Missão organizada pelo Ministério das Relações Exteriores ao Suriname com o período de reuniões no Clube de Paris.

3.4.6 Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, tem por finalidade:

- a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas.

Composição

A COFIEIX é composta pelos seguintes membros:

- Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Presidente da Comissão;
- Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o Secretário-Executivo da Comissão;
- Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores;
- Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
- Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e
- Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC

Faz parte da COFIEIX o grupo de trabalho permanente denominado Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, composto por representantes indicados por seus membros, com o objetivo de examinar os pleitos de que tratam as alíneas “a” e “b” acima mencionadas, assessorando a COFIEIX no desempenho de suas funções.

Natureza das reuniões da COFIEIX e do GTEC

A SAIN, por intermédio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI participa das reuniões da COFIEIX e do GTEC, indicadas a seguir, fazendo análise prévia de toda a documentação a ser examinada em cada reunião, com o objetivo de prestar apoio técnico à Comissão e ao Grupo Técnico e de prover informações ao Secretário de Assuntos Internacionais.

- COFIEIX: Reuniões Ordinárias - onde são avaliados e decididos os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas;
- GTEC: Reuniões Ordinárias - onde são examinados, avaliados e decididos os pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas;
- GTEC: Reuniões de Apresentação de Cartas-Consulta - onde são examinados e previamente avaliados os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à avaliação final e decisão da COFIEIX quanto à preparação de projetos ou programas de entidades públicas;
- GTEC: Reuniões para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX - onde é avaliada a conveniência, ou não, de inclusão, nas Agendas de Reuniões da COFIEIX, dos pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas.

3.6.1 Número de reuniões da COFIEIX e do GTEC, realizadas em 2007

No exercício de 2007, foram realizadas 4 (quatro) Reuniões da COFIEIX e 102 (cento e duas) reuniões do GTEC, sendo: 4 (quatro) para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX; 21 (vinte e uma) Reuniões Ordinárias e Extraordinárias; e 77 (setenta e sete) reuniões referentes a exame e avaliação de Cartas-Consulta. A SAIN participou de todas as reuniões da COFIEIX, mas somente pôde participar de 86 (oitenta e seis) reuniões do GTEC, tendo em vista que os representantes (titular e suplente) da SAIN naquele Grupo tiveram que atender demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, em função da transferência daquelas atividades, do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem que tenha havido a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das novas atribuições.

3.6.2 Consultas extraordinárias aos membros da COFIEIX

Em atendimento a solicitações da Secretaria-Executiva da COFIEIX, a SAIN se manifesta, por escrito, sobre consultas extraordinárias efetuadas aos membros da Comissão, referentes à preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira. Em 2007, foram realizadas, e respondidas pela SAIN, 7 (sete) consultas extraordinárias aos membros da COFIEIX.

Metas Previstas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI.

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX.

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX.	Unidade	1	1	1	1
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEEX - GTEC, para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEEX.	Unidade	1	1	1	1
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEEX – GTEC.	Unidade	3	3	3	3
4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEEX – GTEC, para exame e avaliação de Cartas-Consulta.	Unidade	26	19	17	15
5 - Consultas aos membros da COFIEEX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável).	Unidade	2	0	3	2

Obs:

- Nenhum dos itens se refere a negociações.

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI.

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX.

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	2 (200%)	1 (100%)
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEEX - GTEC, para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEEX	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	2 (200%)	1 (100%)
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEEX – GTEC	Unidade (%)	4 (133%)	5 (166%)	4 (133%)	4 (133%)
4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEEX - GTEC, para exame e avaliação de Cartas-Consulta	Unidade (%)	22 (85%)	16 (84%)	14 (82%)	13 (87%)
5 - Consultas aos membros da COFIEEX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade (%)	2 (100%)	0 (100%)	3 (100%)	2 (100%)

Obs:

- Nenhum dos itens se refere a negociações.
- Nos casos em que o percentual de participação da SAIN foi igual a zero (itens 1 e 2 - 1ª trimestre) significa que a Secretaria-Executiva da COFIEEX não realizou as reuniões conforme o previsto.
- Nos casos em que o percentual de participação da SAIN foi inferior a 100% (item 4 - 1ª ao 4ª trimestres), a justificativa é de que os representantes da Secretaria (titular e suplente) não puderam comparecer a todas as reuniões realizadas, tendo em vista a necessidade de atenderem demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, em função da transferência daquelas atividades, do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem que tenha havido a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das novas atribuições.

3.5. Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT

A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) tem como competência, entre outros assuntos, representar a Secretaria de Assuntos Internacionais nos fóruns interministeriais e internacionais encarregados de discutir temas relacionados a acesso a mercados em bens agrícolas e não-agrícolas, com destaque para:

- i) Alterações tarifárias (Imposto de Importação e Imposto de Exportação);
- ii) Facilitação de comércio e barreiras não-tarifárias; e
- iii) Temas político-comerciais relativos à participação do País no Mercosul.

Essas áreas se subdividem em diversos assuntos de natureza mais específica, os quais podem ser recorrentes ou *ad hoc* e geralmente são discutidos em fóruns nacionais (interministeriais) vinculados à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) ou em fóruns internacionais vinculados ao Mercosul ou à Organização Mundial do Comércio, com coordenação do MRE. Esse trabalho envolve principalmente a participação em reuniões técnicas e a elaboração de notas e pareceres. Segue abaixo uma descrição sumária desses fóruns:

3.5.1. Fóruns Nacionais

3.5.1.1 CAMEX – GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas matérias atinentes a esta pasta. A fim de subsidiá-los, em 2007 foram elaboradas 6 (seis) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e 7 (sete) para as reuniões do GECEX.

3.5.1.2 GTI Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum

Pelas normas do Mercosul, o Brasil pode manter uma lista de até 100 produtos com alíquotas definidas à revelia da Tarifa Externa Comum do bloco (TEC) – a chamada Lista de Exceções. Cada Estado-Parte tem direito a uma Lista de Exceções, porém a quantidade de produtos de cada um varia (Paraguai e Uruguai têm direito a listas maiores). Inicialmente pensadas como um mecanismo que permitisse uma transição mais "suave" à TEC para produtos sensíveis, as Listas de Exceções deveriam ter se extinguido em 2000, mas vêm sendo sucessivamente prorrogadas e, de acordo com a última decisão do Conselho do Mercado Comum, deverão vigorar até 2010 para Brasil e Argentina e até 2015 para Paraguai e Uruguai.

A Lista de Exceções brasileira é atualizada a cada seis meses e, a cada atualização, até 20% de seus itens podem ser substituídos. Não há qualquer critério que discipline a inclusão e exclusão de produtos e as decisões são puramente discricionárias,

usualmente influenciadas por início de produção ou surtos de importação em determinado setor (casos em que as alíquotas são elevadas) ou aumento da demanda ou dos preços domésticos (caso em que as alíquotas são reduzidas).

Atualmente constam da Lista brasileira diversos medicamentos, fertilizantes, defensivos agrícolas, alguns tipos de aço - todos com alíquotas reduzidas - e diversos produtos agropecuários (como leite, queijo, vinho e arroz) com alíquotas aumentadas.

Em 2007 – assim com nos anos anteriores – a SAIN/MF teve participação ativa em ambas as revisões semestrais da Lista de Exceções, atuando nas discussões interministeriais que culminaram nas Resoluções CAMEX nº 7/2007 (1ª revisão) e 40/2007 (2ª revisão).

3.5.1.3 Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC Nº 69/00

A Resolução Mercosul nº 69/00 estabelece que, em casos de desabastecimento excepcional e temporário, o Estado-Parte afetado pode solicitar aos demais sócios do Mercosul uma redução temporária da alíquota do imposto de importação para o produto em falta. Essa redução tarifária pode ser a 2% ou a 0%, tem duração máxima de 12 meses (prorrogáveis por igual período) e é autorizada apenas para uma determinada quota. As solicitações são apresentadas no Mercosul e dependem da aprovação dos demais Estados-Parte. Internamente, os pleitos são analisados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução nº 69/00 (GTAR-69), cuja Secretaria-Executiva é exercida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Em 2007 a SAIN analisou, juntamente com a Secretaria-Executiva do GTAR 69/00 e com os demais órgãos representados naquele grupo, um total de 16 (dezesseis) pleitos:

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado
2917.36.00	Ácido Terftálico Purificado – PTA	Brasil	M&G	retirado a pedido da empresa
2916.12.30	Acrilato de Butila	Argentina	Dow Química	não aprovado pelo GTAR
2926.90.91	Adiponitrila - ADN	Brasil	RHODIA	não aprovado pelo GTAR
2907.23.00	Bisfenol	Brasil	Policarbonatos do Brasil S/A	não aprovado pelo GTAR
7208.51.00	Chapa de Aço Carbono	Brasil	ABITAM	deferido
2917.37.00	DMT	Brasil	ABRAFAS	deferido
7607.11.90	Folha de alumínio	Argentina	Leyden S.A.I.C. Y F.	deferido
7410.21.10	Folha de cobre	Argentina	Ernesto Mayer Mayer S.A.Circuitos Impressos	deferido

1513.29.10	Óleo de palmiste refinado	Brasil	ABIHPEC	aprovado pelo GTAR
0303.71.00	Sardinha	Brasil	CONEPE	deferido
2833.11.10	Sulfato Dissódico Anidro	Brasil	ABIPLA	não aprovado pelo GTAR
3102.80.00	UAN	Argentina	Câmara da Indústria Argentina de Fertilizantes e Agroquímicos	deferido
3102.10.10	Uréia	Argentina	Câmara da Indústria Argentina de Fertilizantes e Agroquímicos	deferido
8545.90.90	Blocos catódicos	Brasil	ABAL	aprovado pelo GTAR
7225.40.90	Chapas com um teor de níquel igual ou superior a 8%	Brasil	White Martins	não aprovado pelo GTAR
1513.21.10	Óleo de palmiste bruto	Brasil	ABIHPEC	aprovado pelo GTAR

3.5.1.4 GTI Facilitação do Comércio

O GTI de Facilitação do Comércio, criado em 2007, tem por atribuição propor medidas de simplificação e desburocratização do comércio exterior brasileiro. Até o momento, o principal resultado dos trabalhos do GTI foi a Resolução CAMEX nº 70/2007, que restringe a criação de novos controles aduaneiros (devem passar pela CAMEX) e determina aos órgãos anuentes (Receita Federal do Brasil, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, etc.) que implementem certas medidas simplificadoras, tais como a uniformização de procedimentos e rotinas e a compatibilização de sistemas informáticos.

3.5.1.5 GTI Importação de Bens Usados

O Brasil tem sido questionado pelos EUA sobre as restrições que impõe à importação de bens usados. Não há jurisprudência na OMC que permita concluir se os acordos em vigor na OMC se referem exclusivamente a bens novos ou a todos os bens, novos e usados. Os críticos da medida apontam problemas ambientais na importação de determinados bens usados (como pneus recauchutados, que foram inclusive objeto de um painel aberto pela União Européia contra o Brasil, na OMC). Além disso, existe o receio de que a importação de bens usados traga prejuízos aos setores produtivos nacionais (os casos de têxteis e automotivo são os mais citados). Os defensores da abertura para bens usados, por outro lado, apontam que o País poderia se beneficiar da importação de determinados bens, como máquinas e equipamentos, e mesmo alguns bens de consumo. A legislação atual é bastante restritiva e só permite a importação de determinados bens de capital usados e, mesmo assim, apenas se comprovada a inexistência de produção nacional.

3.5.1.6 GTI Iniciativa "Duty Free - Quota Free"

Na reunião de ministros da OMC em Hong Kong, em 2005, o Brasil assumiu o compromisso de conceder aos 50 países mais pobres do mundo (Países de Menor Desenvolvimento Relativo - PMDRs)¹ isenção de tarifas e quotas nas suas exportações para o Brasil. O setor privado brasileiro, porém, alegou que poderia sofrer com essa abertura, sobretudo em função da competitividade de alguns dos 50 PMDRs (como Bangladesh) em setores intensivos em mão-de-obra (caso, sobretudo, do setor têxtil). Um grupo interministerial, coordenado pelo MRE, está estudando medidas capazes de minimizar as preocupações dos produtores brasileiros, tais como a exclusão de alguns produtos da iniciativa, o estabelecimento de "gatilhos" de preço e/ou de volume de importação, a imposição de determinadas regras de origem, etc.

3.5.2. Fóruns Internacionais

3.5.2.1 Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

Em 2007, a COINT participou, no âmbito do MERCOSUL, do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC).

3.5.2.2. Comitê Técnico nº. 01 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias)

Participação nas reuniões preparatórias (reuniões interministeriais, onde se decide a posição do Governo brasileiro a respeito dos pleitos de alteração permanente na Tarifa Externa Comum - TEC) e nas reuniões do próprio Comitê (onde as delegações dos países-membros discutem os pleitos de alteração permanente na TEC). A SAIN participou de todas as 4 (quatro) reuniões plenárias do Comitê (e de suas respectivas reuniões preparatórias) havidas ao longo de 2007. No total, cerca de 50 (cinquenta) pleitos de modificação tarifária foram analisados, havendo a SAIN se posicionado a respeito de cada um deles nas reuniões preparatórias por meio de Notas Técnicas.

3.5.2.3. Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)

A SAIN participou de 8 (oito) Reuniões Ordinárias da CCM ao longo de 2007. Neste fórum, a SAIN participou de diversos temas, com destaque para a administração da Tarifa Externa Comum, a criação de Regimes Especiais de Importação e a regulamentação da Decisão CMC 54/2004, que trata da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e Distribuição da Renda Aduaneira.

¹ A lista com os 50 PMDRs é elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e atualizada periodicamente.

3.5.2.4. Grupo Mercado Comum (GMC)

Em 2007 a COINT participou de 4 (quatro) Reuniões Ordinárias do GMC. Neste grupo, a atuação concentrou-se no acompanhamento dos temas em discussão no âmbito da CCM, que foram elevados ao GMC para aprovação em nível político. Foram discutidas ainda estratégias para as negociações externas do bloco, regulamento do FOCEM e flexibilizações na política comercial comum (assimetrias).

3.5.2.5. Conselho do Mercado Comum (CMC)

Em 2007 foram realizadas 3 (três) Reuniões Ordinárias e 1 (uma) Reunião Extraordinária do CMC. Nesse âmbito, a COINT atuou no fornecimento de aportes técnicos para a atuação do Secretário de Assuntos Internacionais.

3.5.2.6. Negociações Externas do Mercosul

Nos últimos anos, o MERCOSUL tem participado em um grande número de negociações comerciais bilaterais ou bi-regionais. Em 2007, cabe destacar a celebração do acordo bilateral Mercosul-Israel.

No período 2005-2007, o Bloco atuou em 26 diferentes negociações, conforme lista abaixo:

- 1) MERCOSUL - União Européia
- 2) MERCOSUL – Canadá
- 3) MERCOSUL – México
- 4) MERCOSUL – Bolívia
- 5) MERCOSUL – Chile
- 6) MERCOSUL – Peru
- 7) MERCOSUL - Colômbia, Equador e Venezuela
- 8) MERCOSUL - República Dominicana
- 9) MERCOSUL – Panamá
- 10) MERCOSUL – Guatemala
- 11) MERCOSUL – Comunidade Andina (CAN)
- 12) MERCOSUL – *Caribbean Community* (CARICOM)
- 13) MERCOSUL – Cuba
- 14) MERCOSUL – Japão
- 15) MERCOSUL – China
- 16) MERCOSUL – Coreia
- 17) MERCOSUL – Índia
- 18) MERCOSUL – *South African Customs Union* (SACU)
- 19) MERCOSUL - SACU – Índia
- 20) MERCOSUL – Sistema de Integração Centro-Americano (SICA)
- 21) MERCOSUL – Egito
- 22) MERCOSUL – Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)
- 23) MERCOSUL – Marrocos
- 24) MERCOSUL – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- 25) MERCOSUL – Paquistão
- 26) MERCOSUL – Israel (**CONCLUÍDO**)

3.5.2.7. Negociação entre o Mercosul e a União Européia - UE

Trata-se de um processo negociador cujas raízes remontam a 1995. A última troca substantiva de ofertas deu-se em 2004 e, desde então, não houve avanços significativos nas negociações. Em 2007 houve uma cúpula bilateral Mercosul-UE e uma visita do negociador europeu, Karl Falkenberg, às capitais dos quatro Estados-Parte do Mercosul. Esses encontros, porém, não produziram resultados concretos.

3.5.2.8 Demais negociações externas em curso

Ao longo de 2007, as seguintes negociações foram priorizadas: Mercosul-Israel (3 rodadas negociadoras, realizadas em Assunção, Jerusalém e Genebra) e Mercosul-SACU (uma rodada negociadora realizada em Montevideu). No caso de Mercosul-Israel, chegou-se a entendimento final e um acordo de livre-comércio foi firmado pelas partes. No caso de Mercosul-SACU também chegou-se a um entendimento final, porém ainda não houve assinatura de acordo.

A SAIN/MF participou ativamente das reuniões interministeriais de coordenação dessas negociações, encaminhando técnicos para as discussões, elaborando relatórios e subsidiando o MRE com comentários aos textos em negociação. Em virtude de limitações de ordem orçamentária, a SAIN optou por não encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, somente participando dos encontros ocorridos no Brasil. No entanto, mesmo quando as reuniões foram realizadas no exterior, a Secretaria manteve estreita interlocução com o MRE de forma a manter-se continuamente a par do processo decisório dessas negociações.

3.5.2.9 Organização Mundial do Comércio - OMC

Durante o ano de 2007, a Rodada Doha vivenciou os resultados de um impasse nas negociações. Houve um esforço, sem sucesso, de negociação de alto nível para destravar a Rodada. Apesar desse impasse as negociações técnicas foram mantidas como forma de manter vivas as bases para uma conclusão da Rodada. Nesse esforço, destaque deve ser dado à circulação de anteprojetos nas áreas de Agricultura, Acesso a Mercados em Bens Não-Agrícolas (NAMA) e Regras. Por fim, foram realizadas diversas reuniões de altos representantes de delegações chave, tendo em perspectiva criar respaldo para que em 2008 seja alcançado algum avanço significativo nas negociações horizontais entre Agricultura e NAMA, tendo como prazo a Páscoa de 2008. Esse esforço teve em vista a percepção de que o calendário eleitoral americano será um entrave se maiores avanços demandarem comprometimento político dos candidatos à presidência do EUA em termos de liberalização comercial.

A SAIN tem participado ativamente de todo o processo negociador interno (no Brasil) em NAMA. Para tanto, participou de reuniões governamentais no Brasil e acompanhou parte das negociações em Genebra como membro das delegações brasileiras nos grupos negociadores específicos (em função de restrições orçamentárias, não foi possível participar de todas as reuniões relevantes). Dada a relevância e a abrangência da área (compreende todos os produtos, à exceção dos agrícolas), têm sido realizadas diversas análises sobre as potencialidades e restrições do Brasil, assim como as possíveis conseqüências das propostas discutidas em Genebra.

O Ministério da Fazenda atuou fortemente no tema NAMA devido à percepção dos benefícios potenciais que a negociação do tema poderia trazer ao país. Através da SAIN, o Ministério da Fazenda apresentou propostas negociadoras e continua como importante agente na definição das posições brasileiras neste tema. Face ao arrefecimento das negociações de modalidades na maior parte de 2007, entretanto, não houve o acompanhamento *in loco* da matéria, que voltou ao debate num nível técnico apenas após a divulgação do anteprojeto pelo presidente do grupo negociador. Esse anteprojeto vem sendo alvo de conversas e reuniões entre a SAIN e o MRE, em que se busca preservar o espaço de política e o esforço de integração sul-americana, para o qual é fundamental a negociação não apenas dos coeficientes de desgravação tarifária, mas também e em especial a negociação da margem de flexibilidades (percentual de linhas tarifárias isentas de desgravação) a ser aceita para países em desenvolvimento, crucial para países que participam de uniões aduaneiras.

Metas Previstas

Unidades: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Integração Comercial.

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Marden de Melo Barboza **Cargo:** Secretário-Adjunto de Comércio Exterior

Rômulo Tavares Ribeiro **Cargo:** Coordenador-Geral de Integração Comercial

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (para o exercício corrente/por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade	2	0	0	0
2 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1
3 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade	1	3	2	2
4 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum – GMC (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1
5 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	1	2	0	1
6 – Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade	0	0	0	0
7 - Demais Negociações Externas do Mercosul (Reuniões ocorridas em Brasília)	Unidade	0	0	0	0
8 – Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior – GECEX	Unidade	2	2	1	2
9 – Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	1	2	1	2

Obs:

- Todos os itens se referem a negociações.

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Integração Comercial.

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Marden de Melo Barboza **Cargo:** Secretário-Adjunto de Comércio Exterior

Rômulo Tavares Ribeiro **Cargo:** Coordenador-Geral de Integração Comercial

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade (%)	2 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
2 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
3 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
6 - Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
7 - Demais Negociações Externas do MERCOSUL (reuniões ocorridas em Brasília)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
9 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)

Obs:

- Todos os itens se referem a negociações.
- As metas previstas para o 1º e 3º trimestres de 2006, referentes ao item 1, e as aquelas previstas para o 1º, 2º e 3º trimestres, referentes ao item 2, não foram totalmente atingidas, em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria.

3.6. Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL)

A Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) tem como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as matérias relacionadas a *antidumping*, medidas compensatórias, subsídios e salvaguardas, assessorando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Esse trabalho envolve principalmente a elaboração de Notas e Pareceres e a participação em reuniões técnicas no âmbito do governo brasileiro, do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio.

A partir de 2008, as competências da COPOL passaram a incluir os temas serviços, compras governamentais e propriedade intelectual, que até 2007 integravam a rol de competências da Assessoria. No presente documento, que trata de 2007, tais assuntos ainda são abordados na seção “Assessoria”.

3.6.1. CAMEX: Conselho de Ministros e GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas matérias de sua competência. A fim de subsidiá-los, a COPOL participou da elaboração de 6 (seis) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX, bem como 7 (sete) para as reuniões do GECEX².

3.6.2. CAMEX: Processos administrativos de Defesa Comercial

No âmbito da CAMEX, a COPOL participa do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), no qual são discutidas propostas de aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas.

No ano de 2007, a COPOL analisou 20 (vinte) processos de defesa comercial, além de inúmeros recursos administrativos interpostos em desfavor de decisões da CAMEX.

Para tanto, participou de 13 reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC).

Esses dados revelam um significativo aumento na demanda pelo uso de instrumentos de defesa comercial. A título de comparação, o número de casos analisados pela COPOL em 2007 foi **quatro vezes superior** à quantidade estudada em 2006.

² Em conjunto com as demais áreas da Secretaria.

Contribuíram para esse aumento: o maior recurso aos instrumentos de defesa comercial por parte do setor privado³, e a decisão do MDIC/DECOM de propor a aplicação de medidas provisórias em processos antidumping.

Nesse sentido, ressalte-se que a atuação dos técnicos da COPOL resultou na não aplicação de 2 medidas propostas pelos MDIC/DECOM⁴.

3.6.3. Mercosul

O Comitê técnico responsável pelos assuntos de Defesa Comercial no Mercosul é o Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS). O grupo vinha trabalhando na confecção de regulamentos comuns de defesa comercial para os países do bloco. A SAIN participou ativamente desses trabalhos até 2006, quando as atividades do grupo foram interrompidas. Em 2007, o Comitê não se reuniu.

Assim, os trabalhos da COPOL em relação ao Mercosul concentraram-se na apresentação de subsídios para a participação do Ministério da Fazenda nas reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul (7 reuniões em 2007), do Grupo do Mercado Comum (4 reuniões em 2007) e do Conselho do Mercado Comum (3 reuniões ordinárias e uma extraordinária em 2007).

Além disso, a COPOL elaborou subsídios à participação do Brasil nas discussões sobre tratamento de assimetrias no Mercosul. Neste tema, de grande interesse para Paraguai e Uruguai, discutiu-se a harmonização e eventual eliminação de subsídios (incentivos) que tivessem efeitos sobre o comércio regional. As discussões sobre este tema não foram conclusivas e o assunto seguirá em discussão no Mercosul.

3.6.4 Organização Mundial do Comércio

O Grupo Negociador de Regras (GNR) é o fórum responsável, no âmbito da OMC, pela negociação de disciplinas adicionais sobre medidas antidumping e subsídios (incluindo os subsídios à pesca).

Cumprindo o mandato da Rodada Doha, houve várias reuniões do Grupo ao longo do ano de 2007, em que as delegações aportaram as suas considerações a respeito das mudanças necessárias nas normas da OMC referentes a medidas antidumping e a subsídios.

As discussões do GNR ganharam importância adicional por conta dos esforços para fechamento da Rodada Doha, dentro da qual deverão ser esclarecidas e aprimoradas as regras para os temas sob consideração do Grupo.

As deliberações no âmbito do Grupo Negociador de Regras (GNR) são particularmente importantes para a SAIN, pois afetarão diretamente a sistemática da análise e decisão dos processos de defesa comercial levadas a cabo pelo governo brasileiro por meio da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), da qual o Ministério da Fazenda é componente. Sendo a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) o órgão responsável no Ministério da Fazenda

³ Possivelmente associado ao crescimento das importações no período.

⁴ Direitos provisórios propostos em desfavor das importações de óculos e armações para óculos, quando originárias da República Popular da China.

pelo tema de defesa comercial, as negociações do GNR terão impacto direto em atividades de sua competência.

Em 2007, houve divulgação do primeiro anteprojeto do texto de Regras (“*draft*”) por parte do presidente do Grupo (*chairman*). No texto, o presidente procurou consolidar os posicionamentos das diferentes delegações ao longo de todo o processo negociador, de maneira a chegar a um documento que pudesse representar um ponto de partida equilibrado para um futuro acordo, facilitando, portanto, o fechamento da Rodada.

As reações das delegações, no entanto, foram extremamente críticas ao texto apresentado, com afirmações recorrentes de que ele não seria um documento equilibrado ensejador de negociações futuras efetivas. O único aspecto positivo mencionado por todos os membros foi o da disponibilização do texto antes das versões revisadas de NAMA e de Agricultura. Acordou-se que seriam realizadas negociações intensas no princípio de 2008 com o fito de dissecar os temas mais polêmicos para encontrar áreas de possíveis *trade-offs* e concessões recíprocas de maneira a propiciar um futuro avanço no tratamento do tema.

A SAIN participou de reuniões que antecederam a divulgação do texto final do acordo aportando sugestões, estudos e críticas diversas, tanto nos encontros nacionais de coordenação, como na própria OMC. A Secretaria também esteve presente na reunião ocorrida após disponibilização do documento e apresentou suas considerações a respeito do documento.

Metas Previstas

Unidades: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Políticas Comerciais.

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Marden Barboza

Cargo: Secretário-Adjunto de Comércio Exterior.

Fernando Alcaraz

Cargo: Coordenador da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (para o exercício corrente/por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade	0	0	1	1
2 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade	1	3	2	2
3 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1
4 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	1	2	0	1
5 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior – GECEX	Unidade	2	2	1	2
6 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	1	2	1	2
7 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	0	3	3	7
8 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	1	2	3	7

Obs:

- Todos os itens se referem a negociações.

Metas Realizadas

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Políticas Comerciais.

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades.

Responsáveis pelos Dados:

Marden Barboza

Cargo: Secretário-Adjunto de Comércio Exterior

Fernando Alcaraz

Cargo: Coordenador da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais

Data: 31/12/2007

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade (%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)
2 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
3 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
5 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
6 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
7 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	0 (0%)	3 (100%)	3 (100%)	7 (100%)
8 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	7 (100%)

4. Gestão de programas e ações

4.1. Programas

No Plano Plurianual 2004/2007, a ação desenvolvida por esta Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, definida como “*Assistência Técnica em Assuntos Internacionais*”, encontra-se inserida no “*Programa de Gestão da Política Econômica*”, sob a responsabilidade da Secretaria de Política Econômica – SPE, deste Ministério da Fazenda.

4.1.1. Programa:

1266 – Gestão da Política Econômica.

4.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas: fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, no mercado de trabalho, no mercado de capitais.

Gerente de Programa: Bernard Appy (Secretário de Política Econômica/MF).

Gerente Executivo: Nívea Leichtweis Carapeba.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas” não possui indicadores.

Público-alvo: Governo e sociedade.

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

A principal ação desta Secretaria é: “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, que se encontra inserida no “Programa de Gestão da Política Econômica”.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação

4479 - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais.

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tipo: Atividade.

Finalidade: prestar assessoria e assistência técnica em assuntos relativos ao setor externo do governo, incluindo diagnósticos, estudos, análise, acompanhamento e definição de políticas na área internacional, principalmente nas negociações internacionais do governo brasileiro.

Descrição: Participação em negociações econômicas, financeiras e comerciais com governos estrangeiros e entidades internacionais, acompanhando os diversos fóruns e frentes de negociação que envolvem o Mercado Comum do Sul - Mercosul, a Organização Mundial do Comércio - OMC, o Clube de Paris, entre outras negociações bilaterais e multilaterais. Nesses fóruns, a SAIN participa das reuniões, colabora na elaboração da posição negociadora brasileira, avalia o posicionamento dos outros países e fornece subsídios ao Ministro da Fazenda para a tomada de decisões. Desenvolvimento, em conjunto com as diversas instituições, de análises de políticas dos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Corporação Andina de Fomento - CAF, entre outros) e iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira, tais como a busca de novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento. Acompanhamento da execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, no âmbito do Ministério, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior e das ações do Ministério nas áreas de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatórios. Exercício da Secretaria Executiva do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG e do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, participação na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX e no Comitê Gestor da Câmara de Comércio Exterior - GECEX. Acompanhamento da conjuntura econômica e financeira internacional, em particular das economias estratégicas para o Brasil. Elaboração de estudos, notas técnicas e apresentações, com o objetivo de informar o Ministro da Fazenda sobre os temas de maior relevância em economia internacional.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Fazenda.

Unidade executora: Secretaria de Assuntos Internacionais.

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Secretaria de Assuntos Internacionais.

Coordenador nacional da ação: Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva.

4.1.1.3.1.2. Resultados

A missão principal da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN consiste em atuar nos assuntos relativos à economia internacional, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentado, com ênfase na expansão do comércio exterior, na estabilidade de preços e na responsabilidade fiscal.

As metas previstas e realizadas referentes às negociações internacionais para o exercício de 2007 foram:

Unidade	Unidade de Medida	Prevista	Realizadas
Gabinete e Assessoria	Unidade (%)	61 (100%)	88 (144%)
Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros	Unidade (%)	29 (100%)	37 (127%)
Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos	Unidade (%)	6 (100%)	9 (150%)
Coordenação-Geral de Integração Comercial	Unidade (%)	33 (100%)	35 (106%)
Coordenação-Geral de Políticas Comerciais	Unidade (%)	31 (100%)	32 (103%)
Total	Unidade (%)	160(100%)	201(125%)

4.1.1.3.1.2.1. Gestão Patrimonial

A SAIN dispõe atualmente de 54 (cinquenta e quatro) estações de trabalho em suas dependências, conforme quadro abaixo:

CONTRATANTE	CONTRATADO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
COGRL/SPOA/ MF	Microcity Computadores Ltda	Contrato n°. 32/2003	Estações de Trabalho	3
		Termo aditivo do contrato n°. 32/2003		35
		Contrato n°. GRA-MG 23/2005		7
		Contrato n°. GRA-CE 100/2005		8
	Investiplan Computadores e Sistemas Ltda	Termo aditivo do contrato n°. 25/2005	Estação de Trabalho	1
	Investiplan Computadores e Sistemas Ltda	Termo aditivo do contrato n°. 25/2005	Notebook	1
	Acervo da Secretaria		Notebook	3
	Premier Tecnologia de Informação Ltda	Contrato n°. 28/2006	Impressoras laser colorida, Okidata C7350	2
IT2B Tecnologia e Serviços Ltda	Contrato n° 20/2007	Impressoras Xerox Monocromáticas Mod. Phaser 3428 e 4510	10	

Esclarecemos que os 02 (dois) notebook's da marca Logger patrimônios n° 1.323.803 e n° 1.323.802, pertencentes ao SERPRO, foram devolvidos por meio das ocorrências n° 738461 e n° 738493 registradas junto à CAS – Central de Atendimento do SERPRO.

4.1.1.3.1.2.2. Gestão de Recursos Humanos

A SAIN em 2007 contava com um quadro de 61 (sessenta e um) funcionários, sendo 6 (seis) do quadro efetivo do Ministério da Fazenda; 20 (vinte) requisitados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Controladoria-Geral da União (CGU); 11 (onze) cedidos do Banco do Brasil S.A. (BB), do Serviço Federal de Processamento de Dados

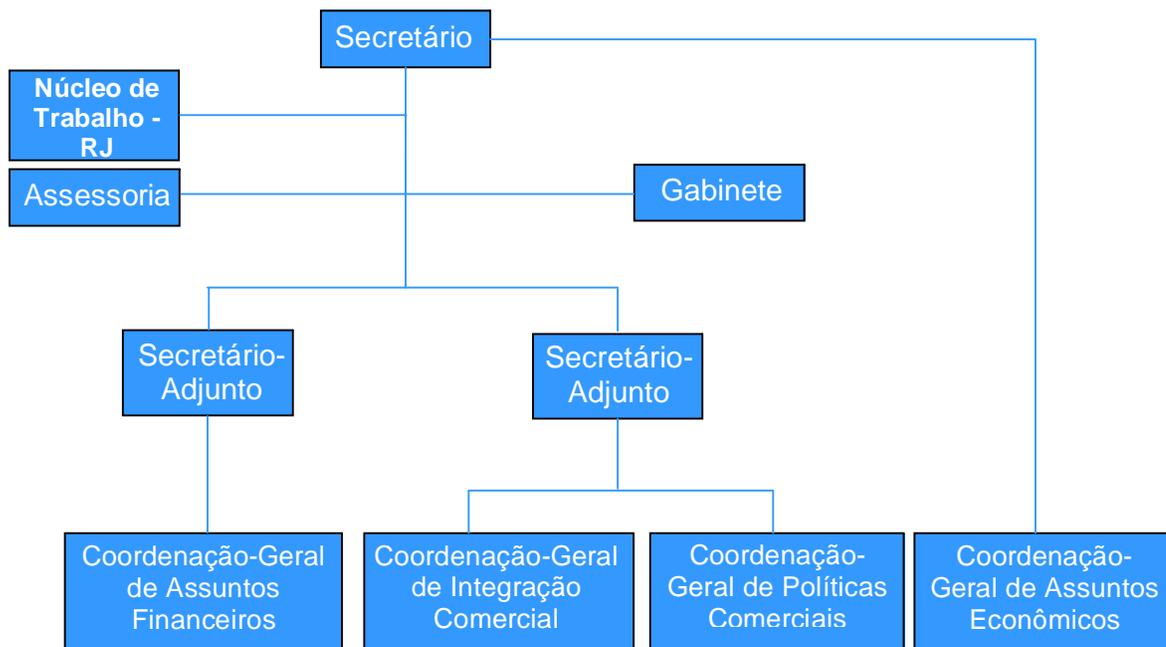
(SERPRO), e do Banco Central do Brasil (BACEN); 8 (oito) sem vínculos; 10 (dez) empregados terceirizados e 6 (seis) estagiários.

Dentre os 61 (sessenta e um) funcionários, 38 (trinta e oito) servidores detêm cargos comissionados, sendo que 32 (trinta e dois) desempenham funções em cargos do Grupo Direção e Assessoramentos Superiores – DAS e 6 (seis) em Função Gratificada – FG.

Não há qualquer valor pendente de ressarcimento quanto aos servidores cedidos ou requisitados.

A Estrutura Organizacional da SAIN é composta por 1 (uma) equipe de Gabinete, 1 (uma) Assessoria, 2 (dois) Secretários-Adjuntos, 4 (quatro) Coordenações-Gerais, sendo, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros (COAFI), Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT), Coordenação-Geral de Políticas Econômicas (COPOL), Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos (CAECO) e o Núcleo de Trabalho do Rio de Janeiro - RJ.

O Núcleo de Trabalho do Rio de Janeiro - RJ foi criado através do Decreto nº 6.313, de 19 de dezembro de 2007, Diário Oficial de 20 de dezembro de 2007, com a finalidade de prestar apoio técnico-administrativo às atividades da Secretaria de Assuntos Internacionais na cidade do Rio de Janeiro.



Em atendimento à solicitação da Secretaria-Executiva, foi elaborada uma proposta da nova estrutura organizacional da SAIN, de acordo com o Memorando nº 442/SAIN/MF de 06 de setembro de 2007.

A citada proposta, baseado nas novas atribuições da Secretaria, contemplou as seguintes alterações:

- a) criação de denominação específica para cada uma das Secretarias-Adjuntas e definição de suas respectivas áreas de atuação.
- b) remanejamento interno de 13 (treze) DAS, sendo:
 - 03 (três) - DAS 101.5 (Secretário-Adjunto);
 - 02 (dois) - DAS 102.4 (Assessor);
 - 01 (um) - DAS 102.3 (assessor Técnico);
 - 03 (três) - DAS 101.3 (Coordenador); e
 - 04 (quatro) - DAS 102.2 (Assistente).
- c) criação de 15 (quinze) DAS, sendo:
 - 01 (um) - DAS 101.4 (Coordenador-Geral);
 - 02 (dois) - DAS 102.4 (assessor);
 - 05 (cinco) - DAS 101.3 (Coordenador); e
 - 07 (sete) - DAS 102.2 (assistente).

Conforme a alínea “c” a criação de quinze novos cargos em comissão reflete as reais necessidades desta Secretaria para o atendimento da crescente demanda de serviços, em especial no âmbito das unidades a seguir relacionadas:

I. Gabinete da SAIN no Rio de Janeiro:

- 01 (um) DAS 102.2 (Assistente) para prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário e Secretários-Adjuntos, quando no exercício de suas funções no Rio de Janeiro, concretizado através do Decreto nº 6.313, de 19/12/2007, D.O. de 20/12/2007.

II. Gabinete da SAIN em Brasília:

- 01 (um) DAS 101.3 (Coordenador) para acompanhar e coordenar as atividades de logística desenvolvidas pela SAIN, bem como atender ao aumento da demanda das diversas unidades da Secretaria.

III. Secretaria-Adjunta de Organismo Financeiros e Integração Regional:

- 01 (um) DAS 102.4 (Assessor) na Secretaria-Adjunta;
- 01 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 01 (um) DAS 102.2 (Assistente) na Coordenação-Geral de Organismos Financeiros (antiga Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos); e
- 01 (um) DAS 101.4 para a criação de uma Coordenação-Geral de Integração Financeira e Novos Temas, que contará com 01 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 01 (um) DAS 102.2 (assistente).

IV. Secretaria-Adjunta de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito:

- 01 (um) DAS 102.4 (Assessor) na Secretaria-Adjunta;
- 01 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 01 (um) DAS 102.2 (Assistente) na Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros; e

- 01 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 03 (três) DAS 102.2 (Assistente) na Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação.

4.1.1.3.1.2.2.1. Ações de Valorização do Servidor

A SAIN participou do Programa 2007 de Premiação de Desempenho Funcional, promovido pela Subsecretaria de Planejamento e Gestão – SPOA indicando 1 (um) servidor que foi homenageado pelo bom desempenho funcional.

Intensificamos o treinamento e a atualização da equipe técnica da SAIN, procurando aprimorar o nível de qualificação de seus servidores com o objetivo de cumprir as diretrizes traçadas pelo Gestor e cumprir suas competências regimentais. Durante o ano de 2007, a Secretaria disponibilizou os seguintes treinamentos, cursos e seminários:

- “Introducion a la OMC - ET1001P07” promovido pela OMC – Organização Mundial do Comércio (1);
- “Economia Ambiental e Coordenação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável”, promovido pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (1);
- “Tendências em Gestão de Pessoas no Setor Público”, promovido pela ENAP – Escola de Administração Pública (1);
- “Sistema de Administração de Pessoal”, promovido pela ENAP – Escola de Administração Pública (1);
- “Seminário Secretariar” – uma nova dimensão profissional, promovido por Nogueira Fernandes Consultoria Ltda (1);
- “Legislação de Pessoal como Instrumento de Gestão”, promovido pela ENAP – Escola de Administração Pública (1);
- “IV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e Contratações Públicas”, promovida ESAF – Escola de Administração Fazendária (1);
- “I Curso sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, aplicado ao SIAFI, promovido pela ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público (1);
- “XXXVIII Curso sobre SIAFI (Operacional) – Sistema Integrado de Administração Financeira”, promovido pela ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público (1);
- “Curso de Gestão de Documentos Públicos – Elaboração de Instrumento de Gestão – Formação e Desenvolvimento da CPAD – Tabela de Temporalidade”, promovido pela CONSULTRE – Consultoria e Treinamento (1);
- “I Seminário Nacional de Encerramento do Exercício Financeiro do Setor Público”, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade e CCONT/STN (1);

- “I Seminário Internacional de Contabilidade Pública”, promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (1);
- “IV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas”, promovido pela ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público (2); e
- “Curso de Reclamações Trabalhistas e Estratégias Empresariais de Prevenção e Defesa”, promovido pela IMAG – Instituto dos Magistrados do Distrito Federal (1).

4.1.1.3.1.2.2.2. Terceirização de Mão de Obra

Para minimizar a falta de pessoal de apoio, em virtude de não ter havido concurso para esta categoria, a SAIN contou com 10 (dez) empregados terceirizados, na qualidade de auxiliares, contratados junto à Empresa Ágil Ltda, pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL da SPOA.

Em relação ao item 11 do anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007 não é de competência da Unidade Jurisdicionada – UJ.

4.1.1.3.1.2.2.3. Ações Disciplinares - Correccionais

a) Processo Administrativo Disciplinar n.º. MF/12120.000132/2005-77

Em razão da determinação do Relatório de Auditoria n.º. 166007, de 08 de dezembro de 2005, referente ao acompanhamento de gestão desta Secretaria de Assuntos Internacionais, realizada no período de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2005, foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar n.º. 12120.000132/2005-77 e foram designados servidores da Corregedoria de Ética Disciplinar da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA para presidir a Comissão do PAD, conforme Portaria MF N.º. 18, de 15 de dezembro de 2005.

Em 09 de junho de 2006, foi apresentado o Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar sugerindo ao Gestor penalidades para os servidores arrolados no processo investigatório. Desses, 3 (três) são cedidos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e 1 (um) do quadro funcional do Ministério da Fazenda.

Atendendo recomendação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, encaminhamos cópia das peças que compõem o referido processo disciplinar ao SERPRO, visto tratarem-se de funcionários regidos por legislação diferenciada do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, que não podem ser submetidos às imposições disciplinares previstas na Lei n.º. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Ao servidor do Ministério da Fazenda foi aplicada a respectiva penalidade.

Foi remetida a reprodução integral do processo em questão ao Ministério Público Federal em cumprimento ao Parágrafo Único do Artigo 153 da Lei 8.112/90.

Em 20 de março de 2007 o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO encaminhou a esta Secretaria de Assuntos Internacionais, através do ofício DP – 007252/2007, o relatório e julgamento do processo instaurado naquele órgão para apurar as

responsabilidades de seus empregados, cedidos ao Ministério da Fazenda. A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar daquele órgão concluiu que não houve má-fé nem dolo dos empregados, dando como julgado o presente processo e concluiu pelo seu arquivamento. No dia 26 de março de 2007, esta Secretaria encaminhou a Secretaria Federal de Controle Interno, através do ofício nº. 203/2007/SAIN/GABIN/MF, cópia do ofício DP – 007252/2007 - SERPRO.

O Ministério Público Federal, no dia 17 de outubro de 2007, através do ofício GAB PR/DF/RB nº 237/07, encaminhou a cópia da promoção de arquivamento dos autos da Representação, uma vez que não foi vislumbrado justa causa para o prosseguimento das apurações no âmbito do Processo Administrativo e foi determinado o arquivamento do Procedimento Administrativo Cível.

Em 24 de outubro de 2007, esta Secretaria de Assuntos Internacionais enviou para a Secretaria Federal de Controle Interno, através do ofício nº. 802/2007/SAIN/GABIN/MF, copia do ofício GAB PR/DF/RB nº 237/07 de 17 de outubro de 2007, do Ministério Público Federal, juntamente com a promoção de arquivamento dos autos da representação subscrita por esta Secretaria por meio do ofício nº. 736/2006/SAIN/GABIN/MF, de 19 de outubro de 2006.

b) Processo de Sindicância nº. MF/12120.000330/2006-11

Foi instaurado no âmbito desta Secretaria de Assuntos Internacionais o Processo de Sindicância nº. MF/12120.000330/2006-11, para averiguar o furto do “noteboock”, marca Toshiba, Modelo Satélite, número de série 22058070C-1, patrimônio número 0000328477, ocorrido no Rio de Janeiro (RJ), após apresentação feita por um de nossos técnicos durante o evento “Reunião de Ministros da Fazenda dos Estados Parte e Associados MERCOSUL”, ocorrido em 01 de setembro de 2006.

A Comissão de Sindicância, com sede em Brasília, Distrito Federal, foi designada pela Portaria nº. 37, de 28 de dezembro de 2006, sendo formada pelos servidores FERNANDO COPPE ALCARAZ, JOSÉ EDUARDO ÀVILA e ROBÉRIO CARLOS.

Conforme o relatório de sindicância nº. 128/2207/SAIN/MF de 26 de fevereiro de 2007 o servidor PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO foi eximido de ato doloso, entretanto, foi concluído a existência de culpa inconsciente ou culpa *ex ignorantia* ao servidor se afastar do “lap top”, sob sua responsabilidade, permitindo o furto por outra pessoa. O servidor em questão foi notificado para que se proceda ao ressarcimento do valor correspondente ao bem furtado, em moeda nacional, ou a reposição do bem com características idênticas ou tecnicamente superiores ao bem furtado.

Em 14 de maio de 2007 o senhor PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO entregou a esta Secretaria um computador portátil a fim de proceder à reposição do bem objeto do referente processo. O SERPRO emitiu laudo técnico sobre o equipamento atestando que o bem recebido atende à determinação da Comissão de Sindicância e dessa forma foi recomendado o arquivamento do processo.

4.1.1.3.1.2.3. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

a) Custos/Gastos em Contratações

As dotações orçamentárias referentes às Ações: 4479 – Assistências Técnica em Assuntos Internacionais (Plano Interno ASSISTESAIN) e 2272 – Gestão e Administração do Programa (Plano Interno: SAINGAP), no exercício sob análise, foi de R\$ 1.300.464,00 (Hum milhão trezentos mil quatrocentos sessenta e quatro reais), destinados a Despesas Correntes e de Capital, de acordo com a Lei nº. 11.451 (Lei Orçamentária Anual – LOA, de 07 de fevereiro de 2007, bem como provisão recebida da SPOA/SE/MF, no Programa: 0750 – Apoio Administrativo – (Plano Interno APOIOSAIN) - Ação: 2000 – Administração da Unidade, no valor de R\$ 132.421,16 (cento e trinta e dois mil quatrocentos e vinte um reais e dezesseis centavos), a título de complemento para custeio da Secretaria de Assuntos Internacionais.

As despesas no exercício de 2007 para manutenção da ação “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, conforme consta nas Demonstrações Contábeis, a seguir:

Programa: 1266 – Gestão da Política Econômica
Ação: 4479 – Assistência Técnica em Assuntos Internacionais

Dotação Autorizada	Executado
804.818,00	711.756,72

Natureza da Despesa		Valor Executado
339014	Diárias - Pessoal Civil	291.240,94
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	408.437,11
339036	Outros Serviços de terceiros	7.788,46
339093	Indenizações e Restituições	4.290,21
Total		711.756,72

Programa: 1266 – Gestão da Política Econômica
Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa

Valores executados pela Unidade Gestora 170016 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos

Dotação Autorizada	Executado
495.646,00	478.331,25

Natureza da Despesa		Valor Executado (R\$)
335039	Outros Serviços Terceiros PJ	7.491,81
339039	Outros Serviços Terceiros PJ	408.809,17
339139	Outros Serviços Terceiros PJ-Intra-Orc.	17.548,80
449052	Equipamentos e Material Permanente	49.481,47
Total		478.331,25

Programa: 0750 – Apoio Administrativo
Ação: 2000 – Administração da Unidade

Provisão Recebida	Executado
132.421,16	113.299,23

Natureza da despesa		Valor Executado (R\$)
339014	Diárias - Pessoal Civil	44.298,62
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	69.000,61
Total		113.299,23

Recursos executados pela Unidade Gestora 170191- SAIN-MF, por natureza de despesa, incluindo todas as ações.

Natureza da Despesa		Total	%
339014	Diárias - Pessoal Civil	335.539,56	40,66
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	477.437,72	57,86
339036	Outros Serviços de Terceiros - PF	7.788,46	0,94
339093	Indenizações e Restituições	4.290,21	0,53
339139	Capacitação	75,00	0,01
Total Global		825.130,95	100

A Secretaria priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais, internacionais e passagens aéreas.

A despesa realizada alcançou, na Unidade Gestora 170191, o montante de R\$ 825.130,95 (oitocentos e vinte e cinco mil cento e trinta reais e noventa e cinco centavos), foram executados o valor de R\$ 478.331,25 (quatrocentos e setenta e oito mil trezentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA/SE/MF.

I. Compras

As passagens aéreas foram adquiridas através do contrato n.º. 041/2004, firmado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA/MF, com a empresa TRIPS Passagens e Turismo Ltda, conforme contrato n.º. 041/2004.

Em relação ao item 8 do anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, não houve gastos com Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal no exercício de 2007.

Ressalta-se, que em 30 de outubro de 2007, através do ofício nº 807/2007/SAIN/GABIN/MF, foi solicitado ao Banco do Brasil a exclusão da Secretaria de Assuntos Internacionais, da utilização da modalidade do Cartão de Pagamento do Governo Federal e o cancelamento do Cartão de Crédito Cooperativo nº 4984.0999.0005.3319, em nome do servidor Antonio Airton Farias de Oliveira, CPF nº 153.518.071-49.

A aquisição de bens e serviços no exercício destinou-se estritamente à manutenção das atividades da Secretaria e, em sua maioria, o recurso foi descentralizado para aquisição através da COGRL/SPOA.

II. Serviços

Houve descentralização de recursos para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA para pagamento de assinatura de periódicos e outros serviços, tais como gastos com pagamento de terceirizados, Mídia Impressa, Tim Celular, Locação de Computadores e reforma da Secretaria de Assuntos Internacionais, localizada no edifício Órgãos Regionais.

b) Custos/Gastos com Convênios e Parcerias

Não houve transferência de recursos mediante convênios, ajuste, termo de parcerias ou outros instrumentos congêneres, nem a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

c) Gestão dos Estoques

A SAIN não dispõe de estoques de materiais e as aquisições foram demandadas diretamente para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL e destinaram-se, exclusivamente, ao consumo imediato.

4.1.1.3.1.2.4. Controles da Gestão

Demandas de Comissões Parlamentares, Diligências emanadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU e/ou recomendações formuladas pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC em Relatório de Auditoria referente ao exercício de 2006.

a) Controles Externos

Em relação ao item 12, do anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, não houve instauração de Tomadas de Contas Especiais - TCE no exercício de 2007.

Quanto ao item 13, do anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, não tivemos diligências e/ou recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício de 2007.

b) Controles Internos

Não houve recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC objeto da Auditoria de Avaliação de Gestão do exercício de 2006.

5. Desempenho Operacional

Temos manifestado que o Manual de Elaboração de Programas da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP não prevê o desenvolvimento de indicador para programas de Gestão Pública, a exemplo da ação “*Assistência Técnica em Assuntos Internacionais*” desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN.

O Relatório de Gestão da SAIN contém indicadores de eficácia relacionados às suas atividades que com a alocação de custos para esses referenciais seria possível desenvolver outros que se destinassem a determinar a eficiência e economicidade do programa.

Dada à diversidade e complexidade das atividades que envolvem a atuação da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN buscou-se apoio para cessão de servidores com competência própria que o trabalho dessa monta exige, sem sucesso.

Para atender a recomendação do Relatório de Auditoria nº 160037/2004 da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, a matéria foi encaminhada para a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, pela condição de Coordenadora do Projeto de Modernização da Gestão do Ministério da Fazenda, solicitando o exame da contratação de mão-de-obra especializada, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas, ou outra solução que permita atender a demanda.

MARDEN DE MELO BARBOZA
Secretário de Assuntos Internacionais, Substituto.